

Diário do Legislativo de 04/07/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líder: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Cabo Morais

Vice-Líder: Pastor George

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

11) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira(PPB) e Agostinho Silveira(PL)

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: João Leite (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão PMDB Presidente

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento Rodrigues PSB

Deputado Antônio Genaro PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PMDB Presidente

Deputado Ailton Vilela PSDB Vice-Presidente

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Pinduca Ferreira PPB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Cabo Moraes PL

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José Haueisen PT Presidente

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado Durval Ângelo PT Vice-Presidente

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB

Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB Vice-Presidente

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Rogério Correia PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton PL Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS Vice-Presidente

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Chico Rafael PSB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinduca Ferreira PPB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine Matozinhos PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSD	Presidente
Deputado Bené Guedes	PDT	Vice-Presidente
Deputado Adelino de Carvalho	PMDB	
Deputado João Leite	PSDB	
Deputado Luiz Menezes	PPS	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro	PSD	
Deputado Alencar da Silveira Júnior	PDT	
Deputado Paulo Pettersen	PMDB	
Deputado Mária Olívia	PSDB	
Deputado Márcio Kangussu	PPS	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago	PTB	Presidente
Deputado Bilac Pinto	PFL	Vice-Presidente
Deputado Doutor Viana	PMDB	
Deputado Ermano Batista	PSDB	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Rêmolo Aloise	PFL	
Deputado Geraldo Rezende	PMDB	
Deputado Amilcar Martins	PSDB	
Deputado Djalma Diniz	PSD	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia	PSDB	Presidente
Deputado Gil Pereira	PPB	Vice-Presidente
Deputado Márcio Cunha	PMDB	
Deputado Fábio Avelar	PPS	
Deputado Pastor George	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão	PSDB
Deputado Luiz Fernando Faria	PPB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Marco Régis	PPS
Deputado Dinis Pinheiro	PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 168ª Reunião Extraordinária

1.2 - 169ª Reunião Extraordinária

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissão

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 168ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 27/6/2001

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/99; renovação da votação da Emenda nº 1; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para votação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.511/2001; discurso do Deputado Durval Ângelo; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.314/2000; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de

quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a colocação de produtos em sacos plásticos por comerciantes varejistas e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. O projeto foi aprovado salvo emenda, na reunião ordinária realizada ontem à tarde. A Presidência vai renovar a votação da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Durval Ângelo - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita aos Srs. Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 11 Deputados, número insuficiente para a votação. A Presidência torna sem efeito a votação e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados, número insuficiente para votação, mas suficiente para a discussão das matérias contantes em pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.511/2001, do Governador do Estado, que altera os arts. 2º e 23 da Lei nº 10.366, de 28/12/90, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aproveito a discussão desse projeto para abordar uma questão de alta relevância para Minas e para a educação.

Acho que todos nós fomos surpreendidos com o noticiário do jornal "Hoje em Dia", de 9/6/2001, "Caderno Minas", em que um Deputado desta Casa, que tem se mostrado um brilhante parlamentar, com atuação muito firme na defesa dos interesses da ética, da moralidade, das coisas que são fundamentais para o nosso povo em Minas fez, nesta reportagem, algumas afirmações equivocadas ou, de alguma forma, com uma orientação que não condizia com a realidade e com os fatos. Eu me refiro às declarações do Deputado Paulo Piau sobre o Conselho Estadual de Educação no que diz respeito à questão do funcionamento do curso de Medicina em Ipatinga e do credenciamento do Centro Universitário em Varginha.

Naquela oportunidade, o Deputado falou em desvios, irregularidades e decisões equivocadas no Conselho. Sinto-me no dever de vir à tribuna prestar esclarecimentos a esse respeito.

No ano passado e no início deste, travei debate com o Deputado Antônio Carlos Andrada sobre o assunto. O Deputado ratificou aquelas afirmações, e pareceu-me que estava analisando o problema sob ótica muito particular e, por que não dizer, até familiar. Toda crítica a respeito do Conselho estava obscurecida pela paixão, que o impedia de tomar o distanciamento exigido para julgar.

É importante esclarecer que o Conselho Estadual de Educação, presidido pelo Padre Lázaro de Assis Pinto, conta com a representação de educadores, o que temos de melhor na educação de Minas Gerais.

O PT travou, nesta Casa, debate contra a indicação pelo Governo, como único critério, e contra a sabatina a ser feita pela Assembléia. Nosso partido sempre defendeu uma visão global do Conselho, que garanta a representação de entidades estudantis, de professores e da comunidade. Diga-se de passagem, o PT manteve a coerência na discussão desses eixos básicos, e, hoje, não podemos levantar nenhum tipo de suspeita sobre o quadro que compõe o Conselho. Podemos afirmar que, sem dúvida nenhuma, a composição do Conselho representa os horizontes novos para a educação de Minas Gerais.

Rebatemos a crítica do parlamentar, reportando-nos ao art. 10, inciso IV, da LDB, que determina, como competência dos Estados, "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos de seu sistema de ensino." Fica evidente, portanto, que o Conselho não extrapolou sua competência, mas atuou no estrito cumprimento de sua obrigação, estabelecida na Lei nº 9.394, de 1996, que rege a educação nacional.

Ao mesmo tempo, deixamos claro que o Decreto Estadual nº 35.503, de 30/3/94, que aprovou o regulamento do Conselho Estadual de Educação, detalha, em seu art. 2º, as competências do Conselho e, no inciso II, fala das competências específicas para o ensino superior. (- Lê:)

"a - manifestar-se sobre autorização de funcionamento de universidade e estabelecimentos de ensino agrupados ou isolados; b - baixar normas sobre inspeção; c - baixar normas sobre adaptação em caso de transferência de aluno, inclusive quando ele provier de escola de país estrangeiro; "d- baixar normas e opinar sobre redistribuição e aumento do número de vagas nos cursos de graduação;

e) aprovar indicação de professor;

f) opinar sobre a transferência de estabelecimento de ensino de uma para outra entidade mantenedora", que é a polêmica do Curso de Medicina e do Curso de Direito no Vale do Aço.

"g) julgar recursos sobre a decisão final, esgotadas as instâncias administrativas, adotada por instituição de ensino, sob estrita arguição de ilegalidade".

Senhoras e senhores, colegas Deputados, fica evidente que o Conselho Estadual de Educação atuou em sua estrita competência legal, não extrapolando essa determinação ditada pelas leis que regem as competências do Conselho.

Gostáramos de registrar que a Resolução nº 432, de 11/12/98, que dispõe sobre a educação superior no sistema estadual de ensino, em seu art. 2º, estabelece: "No sistema estadual de ensino, para o nível superior, serão efetivados, mediante decreto do Governador do Estado, após parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, homologado pelo Secretário de Estado de Educação:

I - o credenciamento e recredenciamento de instituição de ensino superior".

Sobre o caso de Varginha, o § 1º trata "do decreto de credenciamento ou recredenciamento de universidade ou centro universitário constará..." e aí vêm as exigências estabelecidas na Resolução nº 432.

Particularmente, é necessário esclarecer que, no caso da UNIVAÇO, o pedido para transferência para a entidade mantenedora, da Faculdade de Medicina para a Associação Universitária do Vale do Aço, a UNIVAÇO, de Ipatinga, na realidade constitui-se pedido de adesão ao contrato de gaveta anteriormente firmado entre os interessados, por eles denominado de termo de ajuste educacional. É importante que se deixe bem claro que só aí interveio o Conselho Estadual de Educação da existência da entidade denominada UNIVAÇO, quando esta se apresentou ao órgão, não como eventual sucessora da FUNCEC de João Monlevade, mas como suposta mantenedora do curso de Medicina de Ipatinga.

Fizemos um trabalho sério, concluído no dia 30/3/2000, com parecer do Conselheiro José Januzzi de Souza Reis, da Câmara de Planos e Legislação. É bom que se diga que Januzzi é advogado, professor da PUC, responsável pela formação de uma geração de educadores em todo o Estado. Há quase duas décadas está presente no Conselho Estadual de Educação, sempre perseguindo dois princípios: o da paixão pela educação e o do estrito dever e cumprimento da lei. Diz o Dr. Januzzi a respeito disso que "à vista do exposto, com base na documentação acostada aos processos ora examinados e, ainda, em face das inúmeras irregularidades apontadas nos itens 2.1.1.1 e 2.1.2 do mérito, que restaram comprovadas pelas próprias entidades envolvidas, o que dispensa o procedimento da sindicância, sugere esta Câmara a adoção das medidas a seguir:

3.1 - sobrestar o pedido de transferência dos cursos de Medicina e de Direito, da Fundação Educacional e Cultural de João Monlevade e da Fundação Presidente Antônio Carlos, de Barbacena, para a Associação Universitária do Vale do Aço, de Ipatinga, ou para qualquer outra instituição, até decisão final deste Conselho;

3.2 - Sustar, a partir desta data, a tramitação de quaisquer novos projetos de autorização de curso e graduação de interesse das mesmas entidades até que o Ministério Público se pronuncie a respeito da situação relatada.

3.3 - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público para a pronúncia e adoção das providências cabíveis".

E o Ministério Público já se pronunciou, determinando que o interventor dirigisse a entidade. Essa determinação foi despachada favoravelmente pelo Juízo da 1ª Instância, tendo sido, liminarmente, derrubada no Tribunal de Justiça. O que fez, nesse sentido, o Conselho Estadual de Educação? Quem é que tem a responsabilidade na curadoria das fundações? O Ministério Público. Então, estritamente, aqui os passos legais.

"3.4.- Determinar a intervenção em ambas as faculdades, mediante designação de Diretoria "pro tempore";

3.5 - Encaminhar cópia desse parecer ao Ministério da Educação e do Desporto e ao Conselho Nacional de Educação para conhecimento".

Quem conhece o Dr. José Januzzi, sabe muito bem que na lavra de um parecer desse, aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Educação estão presentes esses dois pólos que o motivam e, de alguma forma, determinam a sua ação: a paixão pela educação e o estrito cumprimento da lei, que sempre persegue, como educador e como advogado respeitado que é.

O Deputado Wanderley Ávila (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Concorro com V. Exa. no que diz respeito ao Prof. José Januzzi. Realmente é um apaixonado inveterado pela educação. Já o conhecemos há longos anos. Tivemos o prazer e o orgulho de desfrutar da sua companhia e da sua amizade de 1969 a 1973, quando fomos colegas na Universidade Católica de Minas Gerais. Naquela época, eu cursava Letras e ele Pedagogia. A sua preocupação com a educação é uma constante. Dou meu testemunho da fé inquebrantável do José Januzzi em dias cada vez melhores para a nossa educação. Lembranças da nossa atuação política no Diretório Acadêmico e Diretório Central dos estudantes.

O Deputado Durval Ângelo* - Obrigado, Deputado Wanderley Ávila. Concluindo a questão da UNIVAÇO, as irregularidades que o Conselho levantou estão aí. Os cursos foram comprados sem autorização. Para se autorizar o funcionamento de um curso há uma questão técnica a ser observada. Então, como essa transferência pode acontecer, e com venda. Provei, aqui na tribuna, com a apresentação de recibos de R\$700.000,00 ou R\$800.000,00, não me recordo bem os valores, que os cursos de Medicina e de Direito foram vendidos. Isso é corrupção. Venda de cursos é um absurdo. Isso nos ensina a refletir sobre outras irregularidades que possam acontecer. Alguém vai imaginar que o Conselho teria de ficar em silêncio a respeito disso?

Deputado Paulo Piau, tenho toda a documentação e posso passar a V. Exa. Tenho certeza de que, pelo senso de justiça que tem demonstrado nesta Casa, V. Exa. vai reconsiderar a entrevista que, com informação parcial, deu a um jornal de importância como o "Hoje em Dia".

Agora, a UNIVAÇO está envolvida até com venda, com apropriação e com sumiço de cadáveres. É um escândalo. O Conselho Estadual de Educação e o Ministério Público estavam certos quando mostraram que os alunos da UNIVAÇO, que precisam concluir o seu curso superior e serem bons médicos, não estão sendo bem dirigidos naquela Universidade.

Uma universidade que não cumpre a determinação do Conselho Estadual, que compra cursos e ainda compra cadáveres! Pelo amor de Deus! Isso mostra claramente que o Conselho acertou, em março de 2000, quando tomou esse posicionamento, colega Deputado. Isso está muito claro.

Quanto ao credenciamento do centro universitário, temos um parecer da lavra do Procurador Humberto Rodrigues Gomes, em que comenta a prerrogativa facultada por lei ao Conselho Estadual de Educação. Para não tomar-lhes tempo, o final de seu parecer, fundamentado na lei, diz, de forma bem transparente e evidente: "... no sentido de que nada de inconstitucional ou ilegal existe na transformação, devidamente autorizada pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, das unidades acadêmicas das fundações optantes agregadas em centro universitário, por iniciativa dessas fundações, que, não obstante o "status" que ostentam, conservam autonomia de gestão de seu patrimônio". Aqui se diz claramente que, na questão do centro universitário de Varginha, não havia nem um tipo de óbice legal para que tal medida fosse promovida. E quero registrar aqui que o Conselho Estadual de Educação, por meio do Pe. Lázaro, encaminhou correspondência ao Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, prestando esse esclarecimento, em função da reportagem, e colocando o Conselho à disposição para todas as medidas necessárias. Mostrando claramente que o Conselho quer a transparência no trato dessa questão, coloca-se à disposição, nas pessoas do Pe. Lázaro, do Prof. Januzzi e do Procurador Humberto Rodrigues Gomes, para vir a esta Casa, participar dessa discussão. Acho que isso diz mais do que uma reportagem plantada no jornal e é muito mais transparente. É assim que deve ser entendida a ação pública e que devem ser tratadas as questões da educação.

Mas à época de nossa polêmica com o Deputado Antônio Carlos Andrada, que disse que iria entrar com um pedido de CPI do Conselho Estadual de Educação, respondi-lhe que seria o primeiro a assiná-lo. Temos documentos que provam a falta de transparência da Fundação de Barbacena no trato da venda de cursos, e disse-lhe que iríamos apresentá-los na CPI, e estamos à disposição para isso. Mas o Deputado não entrou com o pedido de CPI, embora o Conselho Estadual não tema essa medida por parte do parlamentar. Já se passaram vários meses, e continuamos à disposição para a realização dessa CPI, em que vamos apresentar essa documentação. Acho que temos de preservar as instituições sérias deste Estado. Vemos que, entra Governo e sai Governo, o Conselho Estadual de Minas Gerais é referência para todo o Brasil. É um Conselho sério, que pauta sua ação pelo compromisso com a educação e com a lei, tendo claro que só o império da lei é que vai permitir que determinadas visões, muito localizadas como essa, movidas por paixões menores, não sejam retomadas e praticadas. Nosso Conselho é essa referência, e tem seus pareceres procurados e copiados por outros Estados. Até no Conselho Nacional de Educação, muitas das decisões de Minas Gerais são tomadas como referência. Então, acho que temos de preservar as instituições desse tipo. Se tiver alguma irregularidade, que a apontemos; joguemos fora a água suja da bacia, sem jogar junto a criança, pois não podemos atacar a honra de educadores sérios, que se preocupam e assumem a causa da educação neste Estado.

Sabemos que a educação é tudo para o desenvolvimento de um povo. Sabemos que a educação é a certeza de que podemos esperar das futuras gerações um Brasil de fato diferente. Educação que vem sendo atacada pelo Governo Federal com investimentos baixíssimos, com a política centralizadora e, ao mesmo tempo, uma educação que acaba sendo somente instrumento de marketing e propaganda de ações não realizadas por esse Governo.

Se de Minas Gerais podemos ter um grito como uma instituição séria que se preocupa com a educação, quero deixar claro que a nossa intervenção é em nome da justiça e da verdade, e não poderia deixar de fazê-lo.

Como dizia Martin Luther King, grande na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, pela igualdade de negros e brancos naquele país, que deixou a sua marca de forma indelével na história norte-americana - sendo o dia do seu assassinato feriado nacional dos mais preservados e cultuados naquele país -, "A injustiça em qualquer lugar ameaça a justiça em todos os lugares".

Diante dessa injustiça não podemos nos calar, não podemos permitir que questões menores se sobreponham à luta maior de todas as lutas, que é a luta pela justiça. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, como V. Exa. pode verificar, não temos número suficiente de Deputados para a continuação dos trabalhos. Gostaria que fosse feita a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - Esta Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Durval Ângelo, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 25 Deputados, que, somados aos 4 Deputados em comissões, perfazem o total de 29 Deputados, número suficiente para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, gostaríamos de ressaltar, Sr. Presidente, a importância do Projeto de Lei nº 1.511, que altera a situação do pagamento das pensionistas vinculadas ao IPSM. Esse projeto, do Governador, altera a Lei nº 10.366, que dispõe sobre o IPSM. Sr. Presidente, não poderíamos deixar de fazer o nosso encaminhamento, ou seja, de discutir essa matéria, obviamente, pedindo sua aprovação. A Lei nº 10.366 regulamenta a forma e os critérios de pagamento das pensões das viúvas dos policiais e dos bombeiros militares. Temos cerca de 8.502 pensionistas que recebem pelo Instituto. Certamente, são pessoas que há 13 anos estão esperando essa alteração na legislação. A Constituição de 1988 garantiu o pagamento integral para as pensionistas, ou seja, todas as pensionistas de nosso País têm direito, segundo a Constituição Federal, de receber suas pensões de forma integral, receber 100% do salário do marido que detinha o emprego. A Constituição de 1988 trouxe essa inovação em seu texto. Contudo, a Lei nº 10.366, há muito tempo, há 13 anos, deveria ter sido alterada. Infelizmente, isso não ocorreu. Entendendo a gravidade desse problema, entendendo a injustiça que está sendo praticada com os pensionistas dos militares do Estado. Tivemos a iniciativa de apresentar a esta Casa o Projeto de Lei nº 1.233, que certamente trata do mesmo assunto do Projeto de Lei nº 1.511, do Governador Itamar Franco.

Apresentamos o nosso projeto no início deste ano. Ele passou por três comissões: de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, recebendo parecer favorável em todas elas. O projeto ficou em condições de ser votado nesta Casa.

O Governador encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 1.511, que trata da mesma matéria. Fizemos um requerimento solicitando a anexação do projeto do Governador ao nosso, por se tratar de matéria idêntica, já que o nosso projeto já havia sido aprovado nas três comissões. Houve uma interpretação diferente por parte da consultoria desta Casa. No nosso entendimento, gostaria de ressaltar novamente, o projeto do Governador deveria ter sido anexado ao nosso. Mas o que importa, na verdade, é o objetivo que esse projeto está alcançando, para que os pensionistas do IPSM não continuem sendo injustiçados, como acontece há 13 anos. O Governo do Estado já deveria ter regulamentado essa lei há 13 anos, mas não houve essa iniciativa.

Gostaríamos de parabenizar o Governador Itamar Franco porque, mais uma vez, deu uma grande demonstração de preocupação com esse segmento dentro do nosso Estado, ao encaminhar o Projeto de Lei nº 1.511. O objetivo do seu projeto é o mesmo do nosso, ou seja, que os pensionistas, de forma geral, sejam amparados e recebam seu pagamento integral.

Como acontece hoje esse pagamento? Quando a viúva ou o viúvo recebem a sua pensão, infelizmente, é pago o valor dos 75% correspondentes ao salário do servidor na data seu falecimento. E a viúva ou viúvo recebem 5% a mais para cada filho. Para totalizar os 100% do salário do servidor, há necessidade de pelo menos cinco filhos, o que corresponde a 25%. Há 13 anos essa injustiça está sendo cometida com as pessoas que dependem desse salário ou pensão.

Felizmente, para nossa satisfação e para satisfação dessas pessoas que necessitam desse pagamento correto, haverá justiça. A alteração do estipêndio de contribuição, a remuneração às indenizações, os proventos e as gratificações que são pagos às viúvas deveriam ter uma correção justa. O Governador Itamar Franco, neste momento, tem a oportunidade de propor uma grande correção.

Ficamos satisfeitos, apesar de o projeto de nossa autoria ter sido anexado ao projeto do Governador, porque o objetivo continua sendo o mesmo, e teremos o pagamento de forma integral. É isso que estamos solicitando à Comissão. Além disso, apresentamos algumas emendas ao projeto do Governador do Estado, em comum acordo com a direção do Instituto. Conversamos com o Cel. Roberto Rezende, Diretor-Geral do IPSM, sobre nossa preocupação em fazer outras correções. O policial e o bombeiro militar, quando aceitam ocupar um cargo civil público não eletivo e temporário em uma autarquia ou em algum órgão da administração direta ou indireta, ao retornarem ao Instituto têm que pagar integralmente o débito referente àqueles dois anos, que são o prazo máximo para ficar "agregados" - termo usado dentro da instituição.

Aproveitando este momento em que estamos alterando a Lei nº 10.366, propusemos essas alterações, que foram prontamente acatadas pela direção do Instituto, numa sintonia perfeita. Essa alteração está acontecendo de forma harmônica, e entendemos que estamos fazendo justiça. O policial ou o bombeiro, quando ficavam agregados a outros órgãos, continuavam contribuindo para o INSS, e não havia justificativa, quando retornava à Polícia Militar ou ao Corpo de Bombeiros, para voltar a pagar a mesma contribuição para sua pensão e aposentadoria. Então, já que existe uma regra geral para a previdência em nosso País no que diz respeito à Emenda à Constituição nº 20, que trata das compensações financeiras, entendemos que a alteração ficou em perfeita sintonia com a Constituição Federal. Ou seja, se o servidor estiver agregado a outro órgão, licenciado, trabalhando em outra empresa e contribuindo para o INSS, haverá uma compensação financeira assim que retornar ao IPSM. Isso não acontecia porque a Lei nº 10.366 obrigava o servidor, ao retornar, a pago novamente o que já havia pago naquele período.

Dessa forma, entendemos que houve a correção para os casos de pagamento integral dos pensionistas, bem como dos que foram licenciados e agregados. Existia ainda uma terceira situação, quando o servidor era demitido do serviço público e impetrava ação na justiça. Depois de muito tempo decorrido, quando ele ganhava a causa, a Lei nº 10.366 não previa o que fazer. Tivemos, então, a oportunidade, juntamente com o Deputado Cristiano Canêdo e a assessoria da Casa, de promover as mudanças necessárias para melhor adaptação do texto, a fim de atender a todos os pensionistas. Volto a repetir que eles são 8.512 em nosso Estado. Certamente, foram contemplados os policiais e bombeiros militares que porventura tenham se licenciado por dois anos, ficando agregados a outro órgão da administração direta ou indireta ou autarquia ou mesmo que tenham sido demitidos ou excluídos, jargão usado internamente, mas cujo reingresso tenha sido determinado pela justiça.

Acreditamos que estamos fazendo justiça. Já que estamos falando da Lei nº 10.366, que trata de questões do IPSM, não poderia deixar de trazer a esta tribuna um assunto de grande importância. Como estamos falando de questão de justiça, o Governador Itamar Franco tem, neste momento, de ser parabenizado por sua iniciativa de resolver uma questão que há 13 anos perdurava.

Acompanhando os meios de comunicação, em 23/6/2001, sábado passado, tivemos oportunidade de ler uma matéria no jornal "O Tempo" intitulada "Estrutura Militar e Prática Política", de autoria do articulista Cel. Lúcio Emílio do Espírito Santo. Já que estamos falando de matéria que diz respeito à questão militar, de justiça e respeito a direitos humanos, certamente devo aproveitar este momento.

Primeiro, quero registrar que não se trata de questão pessoal, mas não poderia deixar, como ele mesmo disse, que pessoas sem acesso a informações confiáveis incorressem em erro.

É necessário esclarecer alguns pontos citados no texto:

1 - em relação ao primeiro parágrafo da matéria veiculada no jornal "O Tempo" de 23/6/2001, concordo que a questão estatutária realmente está ligada às competências definidas na Constituição Federal;

2 - concordo também que, em se tratando de Brasil, a Polícia Civil (polícia investigativa) não deveria usar coletes de identificação em sua rotina, pois, agindo assim, perderia o sentido constitucional de ser uma polícia judiciária.

No entanto, no segundo parágrafo, o autor afirma que "as organizações voltadas precipuamente para a defesa do Estado e das instituições tendem a ter um estatuto jurídico militar e as que têm como missão principal a defesa do cidadão e da comunidade tendem a ter um estatuto civil". Nesse ponto, gostaria de esclarecer o leitor que é flagrante a posição do articulista, que defende a ideia de que esse modelo de polícia militar não atende aos anseios do povo mineiro e, certamente, do povo brasileiro, pois a sociedade muito tem cobrado da segurança pública; contudo as respostas vindas das duas polícias de nosso Estado não estão sendo suficientes para fazer frente à violência e à criminalidade.

Temos uma duplicidade de órgãos nas duas polícias como, por exemplo, dois centros de comunicação, duas academias, dois comandos, dois orçamentos, duas estruturas completamente separadas. Essa duplicidade é muito onerosa para o Estado, como podemos exemplificar: os municípios menores do interior têm em uma extremidade uma delegacia e na outra extremidade um destacamento. Isso faz com que, devido à excessiva independência de nossas polícias, uma em relação à outra, elas sequer discutam, planejem e executem de forma conjunta as ações de segurança pública.

Como podem falar em parcerias para a comunidade sem que as duas polícias estaduais sejam capazes de se unirem em busca de uma resposta mais eficaz no combate ao crime em nosso Estado?

O próprio articulista afirma, também, que o modelo das polícias de cultura inglesa é radicalmente oposto ao nosso modelo de polícia militar; contudo é necessário esclarecer que as polícias oriundas da cultura inglesa, como a do Canadá e a dos Estados Unidos, são comprovadamente mais eficientes. Esse modelo representa uma polícia estadual única, com parte do segmento uniformizado e parte descaracterizado, possibilitando uma integração dos trabalhos de prevenção, investigação e repressão, bem diferente do que ocorre aqui em nosso Estado.

Quando diz, no sétimo parágrafo, que "o que importa não é o estatuto de uma organização, mas a sua prática cotidiana", e logo em seguida, no oitavo parágrafo, afirma que "uma polícia militar não tem, necessariamente, uma prática militar, como muitos insinuem", fico um tanto preocupado com os rumos de nossa Polícia Militar.

O Cel. Lúcio Emílio, que hoje é da reserva e professor de Ciências Policiais da Academia da Polícia Militar - APM - , expressa-se com declarações no mínimo questionáveis, pois a mesma Academia na qual ele ministra suas aulas prepara para o dia 2/7/2001 uma marcha de 16km, quando os cadetes do primeiro ao quarto anos deverão participar e, em seguida, acampar no Campo de Treinamento Militar do Exército Brasileiro - CICAR -, em Nova Contagem. Além de participarem dessa marcha a pé, estarão utilizando o fuzil FO, modelo 1908, demonstrando com isso que a forma militar de enfrentar o inimigo ainda prevalece nos ensinamentos acadêmicos.

São constantes as denúncias de que o Sr. Cel. Jairo Maio Borges, atual Comandante da APM, usa e abusa de suas prerrogativas, atuando na Academia como se fosse uma fazenda de sua propriedade. Será que é esse o melhor modelo? Não podemos nos esquecer de alertar o cidadão de que, no futuro, será esse o oficial que estará gerenciando a Polícia Militar.

Mas isso ainda é pouco perto do que vem ocorrendo no interior da APM. No ano passado, em treinamento de caráter estritamente militar, vários cadetes foram contaminados e contraíram infecção intestinal, em local infestado de carrapatos e totalmente insalubre.

O Cel. Jairo Maio Borges, em 27/4/2001, baixou, por meio de nota de instrução, a chamada Medida Educacional Administrativa - MEA - , promovendo, com isso, um verdadeiro sentimento de terror nos alunos do curso de formação para oficiais. Em outras palavras, manteve, sob a égide de um estatuto militar, a perpetuação das prisões administrativas. O Coronel tomou tal atitude exatamente no momento em que o Governador Itamar Franco encaminhava à Assembléia - precisamente no dia 16 de março - o projeto de lei que dispõe sobre o novo Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais, no qual retira do texto do atual Regulamento Disciplinar da PMMG as prisões administrativas.

Então, como afirmar que o regime jurídico militar não afeta os ensinamentos e treinamentos acadêmicos? Não encontramos respaldo nas palavras do Coronel Lúcio Emílio, pois a prática acadêmica neste exato momento é explicitamente de caráter militar, o que vem, por sinal, ferindo os direitos humanos dos futuros Oficiais em pleno período de formação.

Parafrazeando o Prof. Manoel de Almeida Neto, da PUC-MG, como pode haver respeito aos direitos fundamentais e humanos preconizados em nossa Carta Magna, se nem mesmo o comando da APM é capaz de respeitá-los e promovê-los internamente?

Para ilustrarmos melhor nossa afirmativa, chegou ao nosso conhecimento que até mesmo as eleições do diretório acadêmico são flagrantemente manipuladas pelos oficiais do Comando, sendo os cadetes obrigados a votar em lista escolhida pelos próprios oficiais.

Enfim, quero esclarecer que o Governador Itamar Franco muito tem feito para a melhoria de nossa Polícia Militar - e a prova disso é o Projeto de Lei nº 1.511, que trata das pensões das viúvas e dos policiais e bombeiros militares -, e acredito que, sendo um grande estadista, não vai permitir que perca a violação dos direitos humanos contra esses alunos, que demonstraram sensibilidade e capacidade de lutar pelos seus próprios direitos trazendo ao meu conhecimento a denúncia dessas irregularidades e arbitrariedades. Para que essas

coisas não fossem centralizadas apenas na pessoa do Deputado Sargento Rodrigues, tivemos o zelo de convidar o Deputado Edson Rezende, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, para assistir às declarações dos alunos do curso de oficiais que estiveram em nosso gabinete para fazer as denúncias. Não estão agüentando mais a prática do militarismo desenfreado sob a batuta do Cel. Maia. Para não ficarmos generalizando as denúncias que chegaram ao nosso gabinete, gostaria de dizer que os alunos da academia estavam muito satisfeitos com o comando passado, do Cel. Ari. Era sensível e, acima de tudo, promovia os direitos humanos na APM.

Recebemos outra carta, que deixo de ler porque contém quatro páginas, e o tempo que temos não é suficiente. É mais uma denúncia de arbitrariedades na prática da maneabilidade. No dia 2/7/2001, os cadetes partirão para Contagem, especificamente para o campo de treinamento do Exército, no Bairro Nova Contagem, conhecido como Capim Rasteiro. Durante quatro dias, farão treinamento exclusivamente de caráter militar, sendo desrespeitados. Temos conhecimento de que estão sendo coagidos a participar desse evento, sob pena de serem exonerados do curso de formação de oficiais.

Além dessa denúncia, fomos informados de que, por ordem do Cel. Jairo Mário Borges, os armários desses alunos têm sido abertos de forma arbitrária, mais uma vez, violando-se flagrantemente a Constituição Federal no que diz respeito à inviolabilidade da vida privada.

O Governador certamente tem feito muito pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros. Com certeza, a aprovação do Projeto de Lei nº 1.511 é mais um alento para a família policial militar e para a família dos bombeiros militares. Não podemos permitir que o Comando da academia, sob a direção do Cel. Jairo Mário Borges, continue implantando o terror na academia. O Comandante que o antecedeu respeitava todos os direitos policiais e conduzia sua administração de forma esplêndida.

Por que o Deputado vem a esta tribuna falar exaustivamente sobre esse assunto? Amanhã, os 444 cadetes do curso de oficiais da academia serão promovidos a aspirantes e, posteriormente, a Tenentes. Serão distribuídos no Estado de Minas Gerais, gerenciando uma grande parcela da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Essas pessoas, que passaram quatro anos recebendo um tratamento degradante, sendo desrespeitadas e humilhadas, serão capazes de promover a justiça? Serão capazes de respeitar os direitos do cidadão, que espera uma melhoria na qualidade da prestação do serviço de segurança pública?

Não poderia deixar de fazer essa crítica à matéria do Cel. Lúcio Emílio do Espírito Santo, professor da mesma academia, onde a prática militar vem ocorrendo insistentemente. Será que o Cel. Lúcio Emílio do Espírito Santo não tem coragem de abordar o Comandante da academia e dizer que escreveu uma matéria que mandou para o jornal "O Tempo"? Nessa matéria, afirma que os ensinamentos militares já foram extintos, que não é a prática, como muitos insinuam. Não estamos insinuando.

Estamos afirmando que, na APM, os cadetes, alunos do curso de oficiais, estão desesperados porque terão de voltar ao acampamento, que também está infestado de carrapatos e onde as condições são insalubres. Mesmo assim, o Comando, com mão-de-ferro, quer submetê-los a tratamento desumano, cruel, humilhante e degradante.

Sr. Presidente, ocupamos esta tribuna porque não podemos permitir que isso perdure na APM. Esses homens precisam ser respeitados para que, depois de formados oficiais, quando ocuparem o posto de Tenente e forem para as ruas comandar, tratem o cidadão da mesma forma com que foram tratados.

Peço aos nobres pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei nº 1.511, já que o projeto do Governador não pôde ser anexado ao nosso. Fica aqui o nosso pedido de aprovação do projeto do Governador Itamar Franco, que, mais uma vez, vem fazer justiça aos funcionários públicos do nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos, encerra-se a discussão.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.314/2000 do Deputado Márcio Kangussu, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 13.735, de 7/11/2000, que instituiu o Dia da Manifestação contra a Exploração Infantil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, e a Comissão do Trabalho opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, queremos discutir essa matéria e posicionar-nos favoravelmente a todas as manifestações em relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente. Consideramos essa parte da nossa população desassistida, fragilizada, muitas vezes por causa de interesses que não são dela. Por isso, somos totalmente favoráveis a todas as manifestações, a todas as legislações que venham a dar suporte, apoio e, de alguma maneira, cerrar fileiras na luta contra a exploração infantil e contra a possibilidade de ver essas crianças serem exploradas.

Com essa legislação, o Deputado Márcio Kangussu pretende instituir o Dia da Manifestação contra a Exploração Infantil, a ser marcada anualmente para o dia 4 de outubro.

O Conselho Estadual de Educação estabelecerá a programação das atividades alusivas à data instituída por essa lei. Gostaria mesmo que, além de votar essa legislação proposta pelo Deputado Márcio Kangussu, a Assembléia Legislativa se fizesse presente nessas manifestações e buscasse, por meio da realização de audiências públicas e de discussões, dar conhecimento, cada dia mais, dos direitos da criança, contra essa exploração. Exploração esta que acontece de várias maneiras, até mesmo quando vemos não serem atendidos alguns dos direitos das crianças. Agora, vamos acompanhar diretamente os trabalhos da Comissão Especial instituída na Câmara Municipal de Belo Horizonte para tratar da educação infantil no município e vemos que essa situação é da maior gravidade. O poder público municipal, a Prefeitura de Belo Horizonte, de acordo com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, é responsável pela educação infantil que inclui as crianças até 3 anos, na creche, e, até os 6 anos de idade, na pré-escola. Mas o que vemos é que 90% das crianças até 6 anos de idade em Belo Horizonte se encontram fora da creche e não têm acesso à pré-escola. Então, vemos, hoje, a Prefeitura de Belo Horizonte como uma grande violadora dos direitos da criança. Essa criança, para a qual a mãe ou responsável não conseguiu vaga em creche ou na pré-escola, muitas vezes pode ser vista sendo explorada nas ruas e nos sinais de trânsito. Outras vezes, para que a mãe possa trabalhar, essa criança é deixada em casa, sozinha, e corre em risco a todo momento. Então, vemos, hoje, a Prefeitura de Belo Horizonte como grande violadora dos direitos da criança em nosso País e no Estado de Minas Gerais. Por isso, creio que medidas enérgicas devam ser tomadas.

Recentemente, tive a oportunidade de falar ao Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais sobre a situação das crianças em Belo Horizonte - alguns falam em mais de 200 mil crianças fora da creche e da pré-escola. Isso, numa Prefeitura que se diz socialista, mas que abandona as crianças, que são levadas à exploração.

Mas essa questão da criança e do adolescente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que preside esta reunião neste momento, é muito importante. Gostaria de discuti-la com quórum qualificado, que realmente faça jus à importância do assunto para a Assembléia Legislativa.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, não há quórum para a discussão de um tema tão importante. Por isso, solicito que encerre a reunião por falta de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada nove Deputados, número insuficiente para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 169ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28/6/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/99; renovação da votação da Emenda nº 1; rejeição; verificação da votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação da Emenda nº 1; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.511/2001; aprovação com as Emendas nºs 1 a 3 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 992/2000; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.110/2000; votação do Substitutivo nº 1; aprovação; votação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.164/2000; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.219/2000; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 901/2000; aprovação - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.314/2000; encerramento da discussão - Suspensão e reabertura da reunião; inexistência de número regimental para votação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 819/2000; apresentação das Emendas nºs 8 e 9; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com as emendas à Comissão de Administração Pública, para parecer - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 951/2000; encerramento da discussão - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a colocação de produtos em sacos plásticos por comerciantes varejistas e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina pela aprovação da proposição na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. O projeto foi aprovado, salvo a emenda, na reunião ordinária do dia 26 deste mês. A Presidência vai renovar a votação da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado João Leite - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental o pedido. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram, apenas, 24 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência torna sem efeito a votação e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 39 Deputados. Há quórum para votação da matéria constante na pauta. A Presidência vai renovar a votação da Emenda nº 1. Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 493/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.511/2001, do Governador do Estado, que altera os arts. 2º e 23 da Lei nº 10.366, de 28/12/90, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo as emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.511/2001 com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 992/2000, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre a divulgação dos recursos financeiros destinados à educação no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 992/2000 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.110/2000, da Deputada Elbe Brandão, que estabelece o controle e a fiscalização do desmonte de carros e motocicletas pelas oficinas denominadas ferros-velhos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização

Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Direitos Humanos. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo a emenda e a subemenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Com a aprovação da Subemenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.110/2000 na forma do Substitutivo nº 1, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.164/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que institui o Programa para Acompanhamento dos Assentamentos Rurais no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Política Agropecuária. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.164/2000 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre o serviço voluntário no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo a emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.219/2000 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 901/2000, dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau, que dispõe sobre os custos da análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.314/2000, do Deputado Márcio Kangussu, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 13.735, de 7/11/2000, que institui o Dia da Manifestação contra a Exploração Infantil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas há para discussão das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 819/2000, das Deputadas Maria Tereza Lara e Elaine Matozinhos, que dispõe sobre o Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define políticas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 819/2000

EMENDA Nº 8

O art. 2º do projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Compete ao Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra de Minas Gerais, órgão deliberativo e controlador das políticas que visem à defesa dos interesses da comunidade negra:

I - formular programas e projetos voltados para o combate ao racismo e a erradicação da discriminação racial;

II - promover a inserção da população negra na vida socioeconômica, política e cultural do Estado de Minas Gerais;

III - desenvolver estudos, pesquisas e debates relativos aos problemas sociais vividos pela comunidade negra;

IV - manter Ouvidoria que receba denúncias e informações de atos discriminatórios, fiscalize e adote as providências necessárias à apuração dos fatos e à aplicação das sanções cabíveis pelos órgãos competentes;

V - propor critérios para a celebração de contratos ou convênios entre órgãos governamentais e organizações não governamentais representativas da comunidade negra;

VI - incentivar a criação dos conselhos municipais e regionais da comunidade negra;

VII - propor critérios para o repasse de recursos para os conselhos regionais, municipais, entidades e organizações representativas da comunidade negra, bem como fiscalizar e acompanhar a gestão dos recursos e a execução dos programas;

VIII - elaborar seu regimento interno, a ser aprovado por decreto do Governador do Estado;

IX - elaborar sua proposta orçamentária;

X - orientar e assessorar os conselhos, visando à integração do movimento negro;

XI - apoiar a realização de intercâmbio com instituições ligadas à promoção da cultura negra;

XII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Governador do Estado."

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2001.

Elaine Matozinhos

Justificação: O Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, cuja denominação o Projeto de Lei nº 819/2000 espera alterar para Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra do Estado de Minas Gerais, foi criado pelo Decreto nº 28.071, de 1988, o qual foi acolhido pela Constituição Estadual como lei no sentido estrito.

Uma vez que o Conselho em tela já se encontra em atividade, nada mais justo do que a participação dos seus membros no processo legislativo, por meio da proposição de emendas encaminhadas pelos parlamentares. É este o caso da emenda.

Tendo recebido a visita da direção do Conselho, acatamos suas propostas referentes à composição do órgão, propondo a redação a ser dada ao art. 2º e seus incisos. Na proposta que apresentamos, não apenas enumeramos as competências requeridas pelos membros do Conselho, como também contemplamos as alterações propostas pelas emendas da Comissão de Justiça.

Porque nossa proposta contempla a comunidade negra do Estado e as emendas da Comissão de Justiça, esperamos contar com o apoio dos colegas desta Casa à sua aprovação.

EMENDA Nº 9

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - O Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra é composto de trinta e dois membros, designados pelo Governador do Estado, que os escolherá entre os integrantes da comunidade negra do Estado.

§ 1º - As funções de membro do Conselho não são remuneradas, mas consideradas como serviço público relevante.

§ 2º - Os conselheiros serão indicados para mandato de quatro anos, sendo admitida a recondução.

§ 3º - O Governador designará o Presidente do Conselho, e este, os membros da Comissão Executiva, composta por 6 membros."

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2000.

Elaine Matozinhos

Justificação: O Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, cuja denominação o projeto altera para Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra do Estado de Minas Gerais, foi originalmente criado pelo Decreto nº 28.071, de 1988, o qual foi recepcionado pela Constituição Estadual como lei no sentido estrito.

Uma vez que o Conselho em tela já se encontra em atividade, nada mais justo do que a participação dos seus membros no processo legislativo por meio da proposição de emendas encaminhadas pelos parlamentares. É este o caso da presente emenda.

Tendo recebido a visita da direção do Conselho em nosso gabinete, acatamos suas propostas referentes à composição do órgão, propondo a presente redação a ser dada ao art. 3º, que deixa de ter incisos e passa a ter três parágrafos. Na emenda proposição que apresentamos, propomos uma redação que determine a mesma composição já prevista no Decreto nº 28.071/88, sob a qual tem funcionado e se estabelecido o Conselho. Para a comunidade negra, que já vem trabalhando em prol do Conselho, nada interessa a composição estabelecida pelo projeto na forma como se encontra. Assim, no que tange à proposta da comunidade negra, mantivemos a composição dos 32 membros que atualmente participam do Conselho, dando ao Governador maior liberdade para a nomeação de seus membros.

Por nossa proposta contemplar a comunidade negra do Estado, esperamos contar com o apoio dos colegas desta Casa à sua aprovação.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto duas emendas da Deputada Elaine Matozinhos, que receberam os nºs 8 e 9. Nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, a Presidência encaminha o projeto com as emendas à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 951/2000, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Em discussão o projeto. (- Pausa.) Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião, por falta de quórum.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos nossos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 262ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 3/7/2001

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 1.159/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.431/2001, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 2 a 7; 1.511/2001, do Governador do Estado, na forma

do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3; 1.208/2000, da Deputada Elbe Brandão, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, e 1.246/2000, do Deputado João Pinto Ribeiro, na forma do vencido em 1º turno.

Em redação final: Projetos de Lei nºs 1.314/2000, do Deputado Márcio Kangussu; 168/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 741/99, do Deputado José Milton; 901/2000, dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau; 1.025/2000, do Deputado Rogério Correia; 1.052/2000, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.235/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, e 1.321/2000, do Deputados Cristiano Canêdo e José Henrique.

Obs.: Foi rejeitado o parecer da Comissão de Justiça pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 694/99, do Deputado João Batista de Oliveira.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 263ª reunião ordinária, em 4/7/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.189/2000, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre as empresas de asseio e conservação e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opinou por sua aprovação. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Turismo, que opina pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.539/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 8, 12, 15, 18 a 24, 27, 29, 31, 35, 36, 41, 43, 44, 47, 51, 54, 55, 61, 70, 71, 83, 84, 91, 95, 96, 100, 106 e 108; com as Subemendas nºs 1, que apresenta, às Emendas nºs 5, 17, 57, 58, 59, 60, 69 e 102; e com as Emendas nºs 110 a 117, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 25, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 37 a 40, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 62 a 68, 72 a 82, 85 a 90, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 107 e 109.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 951/2000, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.485/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 13.083, de 30/12/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/7/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.303 e 2.304/2001, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 67ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 4/7/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.105/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 4/7/2001, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.189/2000, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre as empresas de asseio e conservação e dá outras providências; 1.539/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2002; 951/2000, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários; e 1.485/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 13.083, de 30/12/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Pettersen, Alencar da Silveira Júnior, Amilcar Martins e Djalma Diniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/7/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro, Doutor Viana e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/7/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.521/2001, da Bancada do PT, e os Requerimentos nºs 2.318/2001, do Deputado Carlos Pimenta; 2.330/2001, do Deputado Gil Pereira; 2.332/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.338/2001, da Deputada Maria Olívia; 2.344/2001, do Deputado Kemil Kumaira.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2001.

Arlen Santiago, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.376/2001

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Agostinho da Silveira, o Projeto de Lei nº 1.376/2001 dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de placas de sinalização nas rodovias estaduais.

A proposição foi preliminarmente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A seguir, foi o projeto encaminhado a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, que opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1.

Cabe, agora, a esta Comissão analisar o projeto no âmbito de sua competência, de acordo com o disposto no art. 188, c/c o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela tem o objetivo de obrigar o Estado, por intermédio do DER-MG, a implantar, nas rodovias estaduais, sinalização indicativa que permita a localização de hospitais habilitados a prestar atendimento às vítimas de acidentes. Pretende-se, com a adoção da medida, facilitar e acelerar o socorro às pessoas vitimadas pela crescente violência no trânsito.

Como já foi apontado pelas demais Comissões, ao apreciarem a proposição, é finalidade institucional do DER-MG assegurar soluções adequadas de transporte de pessoas, bens e serviços, tendo como prioridade a segurança do usuário. Em decorrência de suas competências, a autarquia é, no Estado, a entidade executiva rodoviária responsável pela implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização de tráfego, previsto no Código de Trânsito Brasileiro. Entre as placas de sinalização que compõem o sistema previsto pelo Código de Trânsito, e cuja implantação compete ao DER-MG, incluem-se as placas de orientação de destino, das quais trata a proposição em tela. Portanto, o Estado já está obrigado a providenciar a sinalização das rodovias estaduais.

No entanto, de acordo com o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, as placas com a indicação do hospital mais próximo devem ser colocadas ao longo das rodovias a uma distância máxima de 20km uma da outra. Assim, o que se propõe é o disciplinamento de parte dessa sinalização por meio de um critério para sua distribuição. A adoção da medida preconizada pelo projeto não se caracteriza, portanto, como criação de nova despesa de caráter continuado, o que o dispensa do cumprimento dos requisitos previstos pelos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000.

Ressaltamos, ainda, que a Lei nº 13.825, de 24/1/2001, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2001, destina a quantia de R\$ 870.000,00 ao controle do desempenho da infra-estrutura rodoviária, objetivando à segurança do cidadão e ao conforto do usuário, subatividade sinalização de rodovias, objeto dessa proposição.

Concluimos que a proposição não encontra óbice à sua aprovação, visto existir dotação orçamentária específica para o fim a que se destina.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.376/2001 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Rogério Correia - João Pinto Ribeiro.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 496/99

Comissão de Administração Pública

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, da Deputada Maria José Hauelsen, altera o art. 1º da Lei nº 11.867, de 28/7/95, que reserva percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas portadoras de deficiência.

Aprovado no 1º turno com a Emenda nº 1, retorna o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189 do Regimento Interno.

Segue em anexo a redação do vencido, que faz parte deste parecer.

Fundamentação

Atendendo a determinação constitucional, a Lei nº 11.867, de 1995, reserva o percentual de 10% dos cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas portadoras de deficiência.

A proposição em exame pretende alterar esse percentual para 15%, considerado mais justo diante do grande número de deficientes existente no Estado em condições de trabalhar e da escassez de vagas no serviço público. Assim, busca oferecer mais oportunidades ao deficiente na administração pública, proporcionando-lhe maior participação no mercado de trabalho, à semelhança do que propõe a legislação federal, que lhe garante 20% das vagas oferecidas em concurso público.

Ratificamos o parecer exarado por esta Comissão quando da tramitação da matéria em 1º turno, pois acreditamos que este projeto de lei beneficiará os portadores de deficiência física, assegurando-lhes o direito ao trabalho e o respeito a sua dignidade.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 496/99 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2001.

Eduardo Brandão, Presidente - Sebastião Navarro Vieira, relator - Cabo Morais - Cristiano Canêdo.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 496/99

Altera o art. 1º da Lei nº 11.867, de 28 de julho de 1995, que reserva percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 1º - O "caput" do art. 1º da Lei nº 11.867, de 28 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica a administração direta e indireta do Estado obrigada a reservar 15% (quinze por cento) dos cargos ou empregos públicos, em todos os níveis, para pessoas portadoras de deficiência."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 951/2000

Relatório

Tendo como primeiro signatário o Deputado João Leite, o projeto de lei em análise dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários.

A proposição foi aprovada no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada por esta Comissão, à qual retorna para receber parecer no 2º turno, nos termos do § 2º do art. 184 do Regimento Interno.

Em atenção ao disposto no § 1º do art. 189 do Regimento Interno, a redação do vencido integra este parecer.

Fundamentação

O projeto em exame pretende assegurar às autoridades que menciona livre acesso aos estabelecimentos policiais e carcerários do Estado. O parágrafo único do art. 1º define tais estabelecimentos como todas as repartições pertencentes à estrutura da Polícia Militar e das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Justiça e de Direitos Humanos. O art. 3º atribui ao titular responsável pelo estabelecimento ou a seu substituto o dever de fornecer a segurança necessária quando da visita das autoridades mencionadas no art. 2º. A redação original do art. 2º foi alterada por emenda desta Comissão, aprovada em Plenário, em 1º turno.

No mundo inteiro, a questão carcerária é uma das mais sérias e complexas, desafiando a capacidade dos governantes e demandando respostas urgentes. Por um lado, a certeza da punição do infrator é um dado importante para se manter a coesão social. Por outro, a sociedade em cujo seio produziu-se o criminoso tem parte da responsabilidade por esse produto indesejável e deve oferecer-lhe oportunidade para se recuperar e voltar ao convívio comunitário. Não é de nosso conhecimento um sistema que tenha obtido êxito razoável na consecução dos dois objetivos fundamentais da aplicação das penas: recuperar e punir. Ao contrário, sabemos que o problema é crítico tanto nas nações pobres como nas que lideram a economia mundial.

No Brasil, o quadro é extremamente grave. Às fugas e aos resgates - que já fazem parte da rotina de nossos estabelecimentos penitenciários -, soma-se a insuficiência de vagas no sistema carcerário, responsável maior pelas condições subumanas em que vive a maioria dos presos, amontoados, normalmente, em espaços projetados para abrigar um número de pessoas muito inferior à lotação costumeira. Ademais, são comuns as denúncias de violação dos direitos humanos no interior dos presídios brasileiros. Esta Casa, sensível à questão, constituiu, recentemente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a extensão do problema em Minas Gerais.

A proposição em causa pretende facultar à sociedade um instrumento que lhe permita, por meio de seus representantes, exercer salutar fiscalização sobre os estabelecimentos policiais e carcerários do Estado, com o fito de coibir abusos e exigir dos governantes uma política adequada e eficaz para o setor.

Se não se pode cobrar dos responsáveis soluções imediatas para tão desafiante questão, torna-se, a cada dia, mais urgente a necessidade de se quebrar a inércia, que tem sido a tônica do comportamento do governo. Afinal de contas, é a segurança dos cidadãos e a dignidade dos presos que estão em jogo.

Conclusão

Dadas essas razões, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 951/2000 na forma do vencido em 1º turno.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 951/2000

Dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É garantido às autoridades a que se refere esta lei livre acesso aos estabelecimentos policiais e carcerários do Estado.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, são considerados estabelecimentos policiais e carcerários todas as repartições pertencentes à estrutura da Polícia Militar, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos.

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de outras normas pertinentes à espécie, terão livre acesso aos estabelecimentos policiais e carcerários:

I - sem prévia comunicação:

- a) Senadores da República, Deputados Federais e Deputados Estaduais;
- b) representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção de Minas Gerais, credenciados pelo Presidente da entidade, nos termos das normas específicas vigentes;
- c) o Ouvidor da Polícia do Estado ou representante por ele designado;

II - mediante prévia e expressa comunicação, até setenta e duas horas antes da visita, à autoridade responsável pelo estabelecimento:

- a) membros do Conselho Estadual de Direitos Humanos;
- b) membros do Conselho Estadual de Defesa Social;
- c) titulares de órgãos oficiais de defesa dos direitos humanos ou representantes por eles designados;
- d) titulares de entidades civis de defesa dos direitos humanos que comprovadamente estejam em funcionamento há, no mínimo, dois anos, ou representantes por eles designados.

Art. 3º - Compete ao titular responsável pelo estabelecimento ou a seu substituto fornecer, sob pena de responsabilidade, a segurança necessária, quando das visitas de autoridades, nos termos desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2001.

Eduardo Brandão, Presidente - Sebastião Navarro Vieira, relator - Cabo Morais - Cristiano Canêdo.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 1.485/2001

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Marcelo Gonçalves, visa a dar nova redação ao art. 1º da Lei nº 13.083, de 30/12/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica.

Aprovado no 1º turno, na forma original, retorna o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, conforme estabelece o § 2º do art. 184 do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata a iniciativa em exame de dar nova redação ao art. 1º da Lei nº 13.083, de 30/12/98, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Divinópolis. O projeto que deu origem à lei tramitou na Casa no ano de 1998, e, após sua publicação, notou-se que a área do imóvel a ser transferido não correspondia à realidade factual. Com a edição da referida lei, ficou o Poder Executivo autorizado a fazer a transferência de parte do imóvel, restando outra que não poderia ser utilizada para qualquer fim sem que houvesse interferência no funcionamento da Câmara Municipal lá instalada.

Delineado o contexto que justifica a razão de ser da proposta sob comento, salientamos que ela não acarreta despesas nem acréscimo da receita no balanço contábil do Tesouro nem causa impacto na lei orçamentária. Trata-se, a bem da verdade, da fiscalização patrimonial do Estado, que é feita "a priori" e que tem por objeto o controle das modificações dos bens públicos.

Em vista do que foi explanado, reiteramos o parecer exarado por esta Comissão quando da tramitação da matéria no 1º turno.

Conclusão

Pelas razões exaradas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.485/2001 na forma original.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Rogério Correia, relator - João Pinto Ribeiro - Ivair Nogueira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

259ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 26/6/2001

O Deputado João Batista de Oliveira - Meu caro Presidente, Deputado Antônio Júlio, Srs. Deputados, colegas Deputadas, visitantes aqui presentes, venho a esta tribuna para fazer a V. Exa., como Presidente desta Casa, um pedido, se não original, no mínimo inusitado. Gostaria, Sr. Presidente, de solicitar a V. Exa., com a autoridade que tem de Presidente desta Casa, que ajude este Deputado a marcar uma audiência com o Sr. Governador do Estado. O mandato do Governador Itamar Franco já tem dois anos e meio e, como Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Deputado desta Casa, ainda não tive a honra de ser recebido pelo Sr. Governador, ainda que o assunto seja do interesse do próprio Governo, como foi no caso de projetos que passaram por esta Casa e, para que tivessem uma tramitação adequada, era necessário que fosse ouvido o Sr. Governador. Portanto, depois de desistir pessoalmente de tentar falar com o Governador Itamar Franco, faço um apelo ao Presidente da Assembléia, Deputado Antônio Júlio, para que ajude esse Deputado a ter acesso ao Sr. Governador.

Neste momento, na Comarca de Manga, produtores rurais estão sendo executados pelo Governo para pagar dívida com a MinasCaixa que já foi paga pelos produtores. Em 1989, os produtores do Norte de Minas solicitaram empréstimo à MinasCaixa para plantar roça e tiveram que fazer seguro, o Pró-Agro. A MinasCaixa recebeu o seguro, mas não deu baixa no débito dos produtores. Hoje, estão inscritos como devedores da MinasCaixa e estão sendo executados pela Procuradoria-Geral do Estado. As terras desses produtores estão indo a leilão na praça de Manga, na data de hoje. A cada dia, dois produtores têm as terras leiloadas para pagar dívidas.

Sabemos que somente o Governador pode resolver esse problema. Já tentamos de várias maneiras falar com ele, que não nos recebe. Pedimos mais uma vez ao Presidente Antônio Júlio que nos ajude, porque, neste momento, ainda que o Governador não dê importância a este Deputado, solicitamos que dê atenção ao assunto de que pretendo tratar.

O assunto é do maior interesse do povo. No momento, o Norte de Minas se encontra em estado de calamidade pública. Terras de pequenos produtores rurais estão sendo levadas a leilão por uma dívida que já pagaram ao Governo do Estado. Isso revela o quanto o Estado brasileiro, de modo geral, e no caso o Estado mineiro, é cruel com o cidadão. Pessoas que já deram todo seu sangue e seu suor hoje estão perdendo as suas terras.

Vale lembrar que o Governo Estadual e o Federal gastam R\$40.000,00 para assentar uma família sem terra, e por menos do que isso, por R\$20.000,00 e R\$30.000,00, o Governo está despejando e levando a leilão terras de produtores rurais do Norte de Minas. Trata-se de grande incoerência, porque basta que o Estado reassente nessas terras esses mesmos produtores vocacionados, mas que foram à falência por culpa do próprio Estado. O Estado, que arrecada terras executando produtores rurais, depois distribui essas mesmas terras para outros, nem sempre tão vocacionados quanto aqueles que faliram trabalhando nela.

Sr. Presidente, solicitamos a V. Exa. ajuda para que possamos levar esse assunto pessoalmente ao Governador, para que tome uma decisão, até porque há também execuções do Banco do Brasil no Norte de Minas. Com isso, poderíamos provocar uma discussão maior, para que também o próprio Banco possa rever suas posições.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento. É extremamente séria a denúncia que V. Exa. faz dessa tribuna. Cumprimento V. Exa. pela defesa dos pequenos produtores rurais, particularmente do Norte de Minas. É grave a denúncia de que o Governador Itamar Franco se recusa a receber o representante da

Assembleia Legislativa, o Presidente de uma Comissão ligada a essa matéria. Em relação a esse último tópico, não posso ajudar a V. Exa. Por uma questão de circunstância, não posso ajudá-lo a ser recebido pelo Governador Itamar Franco.

Infelizmente, os produtores rurais não podem esperar. Mas, em relação ao próximo Governador de Minas, asseguro a V. Exa. que será muito bem recebido por ele.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero, ao agradecer o aparte, Deputado João Batista de Oliveira, cumprimentá-lo não só pelo seu pronunciamento nesta tarde, mas também pelo brilhante e magnífico trabalho que V. Exa. vem realizando à frente da Comissão de Agropecuária. Especificamente com relação a esses produtores do Jaíba, que estão sendo executados no Município de Manga, entendo que temos uma grande chance de vitória nesse episódio, graças ao empenho, à dedicação e ao trabalho dessa Comissão, da qual fazemos parte como suplente.

A Comissão esteve com os produtores junto à Procuradora-Geral do Estado. Temos de ganhar tempo. Como disse na Comissão, só existe uma forma: o Governador tem de protelar um pouco mais, dar-nos tempo, suspender as execuções que estão acontecendo, porque são execuções de dívidas que os produtores já pagaram por meio do Pro-Agro. Eles não são culpados do fechamento da MinasCaixa. Quando foi fechada a MinasCaixa, eles não puderam ter a porta aberta para pagar as suas dívidas, que já foram pagas. Eles estão cobrando uma dívida acima do normal, provocada pela correção monetária. É importante que o Governador tome conhecimento de um pronunciamento dessa natureza, para que tome as providências.

Está acontecendo o maior absurdo dentro da RURALMINAS. Aquela empresa está toda direcionada para fazer política para o seu Presidente, que é candidato a Deputado Estadual. E essa política é a política do Presidente da RURALMINAS, e não da própria RURALMINAS. Ele está deixando passar despercebidos assuntos importantes como a regularização de terras em nosso Estado. Infelizmente, sou obrigado a dizer que a RURALMINAS se presta exclusivamente, hoje, a fazer política para o seu Presidente. E ela deveria estar à frente de assuntos importantes, defendendo os produtores, os proprietários de terra que recebem as terras do Estado, legalizando-as. Mas a RURALMINAS está voltada para uma política mesquinha, para uma politicagem barata, a fim de eleger o seu Presidente, deixando os produtores rurais e as áreas devolutas do Estado à mercê da sorte. Disso, tenho certeza, o Governador não tem conhecimento. Espero que, a partir do pronunciamento de V. Exa., a partir desta data, a Casa tome uma posição: se querem fazer política, façam; mas deixem os cargos que ocupam no Governo Itamar Franco.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Espero que o Governador possa ouvi-lo, a fim de tomar as atitudes necessárias para que esta Casa tenha tempo de fazer um projeto promovendo a anistia desse povo, que está sendo executado, execrado em praça pública, colocando os seus únicos bens, talvez suas próprias casas, em leilão, porque o Governo não toma conhecimento ou não sabe o que está acontecendo.

Parabéns, Deputado João Batista. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira (em aparte) - Quero também cumprimentá-lo, Deputado João Batista de Oliveira, pessoa sensível, que tem dado uma grande contribuição a nossa Comissão de Agropecuária.

Estive, Deputado João Batista, com o Byron Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste. Estamos fazendo gestão também junto ao Banco do Brasil.

Já conversei com o nosso Líder Antônio Andrade. Está sendo marcada para hoje ainda uma audiência com o Secretário Trópia, da Fazenda, para sensibilizá-lo nessa empreitada que precisa de solução. Tenho certeza de que o Governador não tem conhecimento do que está ocorrendo. Comprometo-me, ainda hoje, a falar com o Trópia.

Tenho pedido tanto ao Banco do Nordeste quanto ao Banco do Brasil anistia para os pequenos produtores do Norte de Minas, porque, infelizmente, não têm dinheiro para pagar, uma vez que a região está sofrendo com a seca e não recebe investimentos do Governo Federal para se desenvolver. Todos os produtores, se não estão à beira da falência, já estão falidos.

Portanto, parabeno V. Exa. e, como Vice-Líder, comprometo-me a estar com o Secretário Trópia, hoje mesmo, a fim de encaminhar sua proposta.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço a V. Exa.. O caso de Minas Gerais chega a ser surrealista e cruel. Os produtores das Comarcas de Manga, Matias Cardoso e Jaíba já pagaram o que deviam. A seca matou a roça, mas o seguro cobriu. A MinasCaixa recebeu o seguro, e não deu baixa no débito, transferindo-o para o Governo do Estado, que vem executando terras secas. Elas estão sendo levadas a leilão, por R\$200,00 o hectare, mas não estão encontrando comprador.

Por outro lado, o Governo do Estado gasta R\$40.000,00 na política de assentamento de novas famílias. Seria o caso, então, de tomar as terras desses produtores e assentá-los nelas novamente, no valor de suas dívidas, mesmo que não sejam legítimas. O Governo deveria ter uma atitude mais digna com esses produtores, pois, em qualquer país decente, o governante anistiará a dívida, devolveria o dinheiro aos que pagaram e, ainda, pediria desculpas publicamente pelo que fez.

Esses produtores avalizaram-se mutuamente, e os que conseguiram pagar suas dívidas estão perdendo as propriedades, porque são avalistas do vizinho que não conseguiu pagar as dívidas cobradas pelo Estado, uma vez que a dívida real deles já foi paga.

Assim, apelamos ao Governador para que tenha um gesto de generosidade e solidariedade com o povo do Norte de Minas, que defende sua terra heroicamente, produzindo nela. O Governo está promovendo o êxodo rural, expulsando aqueles que permanecem na terra por amor e espoliando-os por meio da Procuradoria-Geral.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado João Batista de Oliveira, esta Casa também está preocupada com essas questões. O Presidente conhece o trabalho sério de V. Exa., que vem percorrendo Minas Gerais e olhando as pessoas da terra, fazendo com que sua Comissão se sobressaia. Ela estava apagada, e, hoje, ganhou vida, com seu trabalho; tem levado aos Deputados a preocupação com o homem do campo.

O que V. Exa. pede à Presidência tem de resultar de um esforço de todos os Deputados, porque é a valorização de um trabalho sério junto ao homem do campo. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço à Presidência e aos Deputados que me ouviram e apartearam. Faço um apelo ao Governador Itamar Franco para que volte os olhos para os pequenos de Minas Gerais, que não podem, sequer, ser chamados de excluídos, uma vez que nunca estiveram incluídos no processo. Ele tem uma grande chance de passar para o lado de dentro das políticas públicas, os pequenos, que não têm sido objeto de seu olhar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Hauelsen* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam as galerias, estamos abordando o assunto relativo ao desastre ocorrido em Macacos. A imprensa nacional e estadual tem divulgado constantemente matérias relativas a esse escândalo, que deixou fragilizada uma região rica. Trata-se de um desabamento provocado pela Mineradora Rio Verde. O acúmulo de rejeitos de minério desmoronou por 5km a 8km, causando 5 vítimas. A imprensa tem se ocupado, com veemência, dessa tragédia.

Estamos avaliando os prejuízos. Há um ditado popular que diz que brasileiro só fecha a porta depois que é roubado. Além dessas cinco vítimas, pode haver mais pessoas soterradas naquele lamaçal de minério; temos de levar em consideração outras perdas. É claro que a perda dessas cinco pessoas é irreversível para as famílias, os amigos, a sociedade trabalhadora e o grupo de operários companheiros desses homens que morreram cumprindo o seu trabalho, mas devemos avaliar, também, o prejuízo ecológico. Quanto tempo levaremos para recuperar aquela região? Começaram a surgir os problemas, as especulações e os questionamentos com relação aos culpados. Não desejamos exercer o papel de juiz, mas temos de verificar o papel da Secretaria do Meio Ambiente durante esse tempo em que as pessoas já haviam alertado o poder público quanto ao perigo existente na região de São Sebastião das Águas Claras, ou seja, em Macacos. Qual foi a providência tomada por essa Secretaria, pela FEAM ou por qualquer outro órgão ligado à Secretaria, para não apenas fiscalizar, mas também fazer o que foi feito, ou seja, fechar a mineradora? Isso só aconteceu depois do desastre. Qual foi a fiscalização feita pelo DNPM?

Essa não é a primeira vez que as barragens caem e o processo é destruído, causando estragos, prejuízos ecológicos e vítimas fatais. Os funcionários da Mineradora Rio Verde trabalham sem a mínima segurança. Os familiares das vítimas disseram que a mineradora era muito boa, tratava o povo muito bem, pagará o velório e garantirá a vida deles. Será que isso é suficiente para ressarcir o prejuízo às famílias pela perda de um ente querido e diminuir o prejuízo ecológico? Lamentamos a irresponsabilidade dos causadores dessa tragédia.

A serra do Curral, cartão-postal de Belo Horizonte, é, apenas, uma casca, porque a mineração continua por detrás. Qual providência está sendo tomada?

Hoje, na reunião da Comissão de Meio Ambiente, discutiremos o problema dos pescadores: prejudicados em seu trabalho, precisam ser acompanhados com atenção e respeito por parte desta Casa.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Parabenizo V. Exa., Deputada Maria José Hauelsen, porque sempre traz assuntos da maior relevância. Também abordaria a questão ambiental, envolvendo a serra do Curral e o problema da região de Macacos, mas V. Exa., realista como é, já se antecipou com relação ao assunto.

Está tramitando nesta Casa um projeto de lei, de nossa autoria, transformando a APA Sul em área de proteção ambiental, por lei. Hoje, a criação da APA Sul é, apenas, um decreto-lei. O projeto de lei encontra-se paralisado, talvez por pressão das mineradoras e de outras forças políticas contrárias aos interesses ambientais. Portanto, se esse projeto for aprovado, garantirá a fiscalização e proteção do meio ambiente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Alerto a todos para o fato de que esse projeto encontra-se nesta Casa, paralisado, pronto para a votação em 1º turno. Solicito o apoio de V. Exa., ambientalista que é, para agilizar a aprovação do Projeto de Lei nº 1.052/2000, que trata da criação da lei da APA Sul. Obrigado.

A Deputada Maria José Hauelsen* - Os Deputados que aqui estavam em 1989 conhecem minha luta pela educação. Quando aqui cheguei, escolhi, entre vários temas, trabalhar especialmente pela educação e pelo trabalho do homem do campo: agricultura, assentamentos, política agrícola e agrária. Em 1989, comecei a luta para que Teófilo Otôni tivesse uma escola de 3º grau, considerando que se trata de uma região pobre e que todos os políticos reconhecem a necessidade de diminuir as desigualdades sociais. Aqui chegamos sonhando com uma forma de tornar pública a escola lá existente, a Fundação Educacional do Nordeste Mineiro, já que lá estavam colocados recursos públicos.

Infelizmente, foram 11 ou 12 anos de luta, e não realizamos nosso sonho. Considero-me vencida, mas não convencida. A última derrota foi aqui, neste Plenário, quando o veto do Governador Itamar Franco foi mantido. Na ocasião, consegui o apoio do Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, e do Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio: estariam conosco, a fim de que partíssemos para outro caminho, que seria a presença da UNIMONTES em Teófilo Otôni. E a perseverança nos ajuda a continuar a luta. Quando uma porta é fechada, outra se abre. E, com essa esperança, continuamos trabalhando; junto ao Reitor da UNIMONTES, José Geraldo Drumond, obtivemos bons resultados. Em 19 de abril, promovi uma reunião na Câmara Municipal de Teófilo Otôni, com mais de 100 pessoas, todas representando lideranças expressivas da cidade - sindicatos, associações, entidades de classe, igrejas -, a fim de abraçar essa luta.

Nossa movimentação e trabalho têm sido recompensados. Tivemos uma reunião quarta-feira, com o Secretário Murílio Hingel e o Reitor José Geraldo Drumond, que veio especialmente de Montes Claros para discutirmos o assunto: um "campus" da UNIMONTES na região do Mucuri.

É óbvia a importância de uma escola de 3º grau, sobretudo por sabermos que o empobrecimento do vale do Mucuri é crescente. É uma região cada vez mais decadente, abandonada pelo poder público. Basta dizer que, no orçamento do Estado, este ano, Mucuri e Jequitinhonha tiveram o percentual de 1,3%, o menor para o orçamento do Estado. E não me venham, depois, o Governador e o Vice, dizer que estão trabalhando para diminuir as diferenças regionais e as desigualdades sociais.

O projeto da UNIMONTES em Teófilo Otôni está caminhando. Recebi pesquisa feita pelo Sind-UTE e pela União Estudantil de Teófilo Otôni, que indicaram cinco cursos preferidos pela cidade. Recebi, ainda, milhares de assinaturas em um abaixo-assinado que organizamos na cidade, para que as pessoas que estão apoiando a UNIMONTES em Teófilo Otôni estivessem juntas nessa luta.

É bom perceber que as coisas estão dando certo, como disse há pouco. Já temos a promessa de parceria com o Hospital Santa Rosália, de Teófilo Otôni: sua diretoria vai discutir a possibilidade de oferecer aquela casa de saúde para o trabalho dos estagiários, o acompanhamento em laboratório, para estudos que têm de ser feitos em local específico; além das aulas teóricas, em outro ambiente.

Temos, ainda, a promessa do internato rural, uma escola que existe em Teófilo Otôni, que mostra a grandeza daqueles que querem o bem-estar de um povo. Uma igreja, de confissão luterana, por meio de um ou alguns Pastores, assume, há 38 anos, em Teófilo Otôni, sem ajuda do poder público, um trabalho com os jovens que vêm da roça e mal terminaram a 4ª série. Continuam no internato rural o curso até a 8ª série, na escola formal, e lá aprendem técnicas de agricultura, de veterinária, de trabalho social. E, como deve ser feito um trabalho doméstico, também as moças estudam lá. Estamos buscando parceria com esse internato rural.

O domínio que têm na agricultura, com a criação de animais, a comercialização dos produtos, a experiência, há de ser muito valioso para a implantação da UNIMONTES em Teófilo Otôni, com essa parceria.

Há, também, uma fazenda, que ainda está na mão do Ministério da Agricultura, a Fazenda de Itamunheque, que fica poucos quilômetros distante de Teófilo Otôni; é uma região abandonada, onde se pensou em construir uma escola agrícola, mas o dinheiro desapareceu quando as obras mal tinham começado.

Estamos contando, também, com o apoio de todos os Deputados, especialmente da base governista, para implantar, em Teófilo Otôni, a UNIMONTES. Um dia, Teófilo Otôni poderá dizer, como Viçosa, Lavras, Santa Rita do Sapucaí, Montes Claros e outras cidades onde existe universidade, que crescemos e progredimos graças ao ideal e à luta de algumas pessoas. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de fazer meu pronunciamento, gostaria de fazer um comunicado a esta Casa.

- Lê comunicação por meio da qual dá ciência à Casa do falecimento Sr. Evandro Carlos de Andrade, Diretor-Geral da Central Globo de Jornalismo, ocorrido no dia 25/6/2001, cuja justificativa é a que se segue.

"Morreu, aos 69 anos de idade, no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, na manhã de ontem, o Diretor-Geral da Central Globo de Jornalismo, Evandro Carlos de Andrade.

Evandro Carlos de Andrade começou aos 18 anos no jornalismo. Em 1951, no "Correio Radical", escreveu sua primeira reportagem. Dali, Evandro foi trabalhar como repórter no "Diário Carioca", em que assumiu, logo depois, a posição de Chefe de Reportagem.

Em 1958, assumiu o cargo de Chefe de Redação do jornal. Escrevia a coluna "Dia-a-dia do Catete", onde contava os bastidores do Palácio do Catete. Evandro tinha ainda um segundo emprego, o de conferencista na Casa da Moeda.

Em 1967, deixou o "Diário Carioca" e foi trabalhar em Brasília, nas sucursais do "Jornal do Brasil" e do "O Estado de S. Paulo". Assumiu a direção do "Estadão", na Capital Federal.

Ao dirigir o jornal "O Globo", Evandro comandou a sua reformulação gráfica e editorial, levando-o à liderança de vendas no Rio de Janeiro, sendo prestigiado em todo o País.

Em 1995, assumiu a direção-geral da Central Globo de Jornalismo, implantando uma nova linguagem, dando maior agilidade e um novo perfil aos noticiários regionais da TV Globo.

Participou da criação e da implantação do primeiro canal de jornalismo brasileiro de notícias, a Globo News, que entrou no ar em 1996."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, ocupo esta democrática tribuna para levar a V. Exas., a toda a população mineira e aos brasileiros minha preocupação com a caótica situação de nossas estradas. Uso o termo "preocupação", mas, na verdade, para mim, a situação das estradas em nosso Estado e no País já é uma "ocupação".

Ocupo-me, freqüentemente, com a elaboração de requerimentos, ofícios, cartas e relatórios que encaminho aos órgãos estaduais e federais responsáveis pela manutenção de nossas castigadas rodovias. Ah! Peço desculpas do erro: não temos rodovias em nosso Estado; o que temos são estradas que, por pouco, por muito pouco, ainda não se transformaram em caminhos!

Cheguei ao ponto de achar que apenas palavras não seriam suficientes para expressar as condições em que se encontram determinados trechos e, então, tirei fotografias e as anexei aos meus muitos pedidos de asfaltamento e manutenção.

Recentemente, tive a oportunidade de encontrar, em dois respeitados veículos de comunicação de nosso Estado, matérias que trataram do assunto com muita seriedade e propriedade. A conclusão é uma só, e saiu da boca do Sr. Eliseu Padilha, Ministro dos Transportes do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Segundo o próprio Ministro, "só há estradas hoje por milagre, porque não se investiu na manutenção da malha viária, que suporta uma carga 14 vezes superior à sua capacidade".

Srs. Deputados, utilizamos o transporte rodoviário como nenhum outro país das dimensões do Brasil. É do conhecimento de V. Exas. que o transporte rodoviário não é o mais barato, nem o mais eficiente, nem o mais rápido, nem o mais indicado para o escoamento de uma produção como a nossa. Mesmo assim os investimentos em linhas férreas, hidrovias e outras alternativas de transportes são mínimos e inadequados.

Essa situação seria compreensível, porém não aceitável, se os investimentos fossem canalizados para o setor do transporte rodoviário, principalmente para aqueles que utilizamos. Mas não é isso que se verifica, não é essa a realidade, porque não existem investimentos suficientes que satisfaçam a verdadeira necessidade de nossas estradas.

Quero citar um exemplo assustador: o trecho da BR-381 entre Belo Horizonte e Nova Era. Nesse assombrado e assassino trecho, apenas com 137km, não existe um só metro duplicado. No ano passado, 111 pessoas morreram e 1.069 ficaram feridas em 13.385 graves acidentes. Pasmem: a previsão do DNER é de que apenas em 2003 comecem as obras de duplicação da referida rodovia!

O segundo maior colégio eleitoral do País, um dos Estados que muito contribuem para as exportações brasileiras, Estado cuja malha viária é a maior do País, tem, infelizmente, em suas estradas, curvas, retas, aclives, declives e pontes morbidamente denominados como "da Morte", "do Sabão", "da Caveira", "do Sangue", "do Sono" e "do Inferno". É o retrato do descaso e do desprezo. Até quando, Srs. Deputados, teremos de conviver com a morte a cada quilômetro rodado?! Até quando veremos o nosso dinheiro ser transformado em pesados impostos, taxas e multas, muitas vezes injustos e mal aplicados?!

Até quando teremos de ver, impotentes, a má administração e o mau emprego dos recursos arrecadados, elevando sobremaneira o vilão da economia nacional chamado de custo Brasil?!

Até quando teremos de conviver com mortes prematuras, que poderiam ter sido evitadas por um acostamento bem-feito e um recapeamento bem-manejado?!

Até quando teremos como característica principal de nossas estradas as cruzes tristemente fixadas em suas margens, indicando mortes e mais mortes?!

Nobres colegas, este pronunciamento baseia-se na experiência pessoal de quem, durante toda a vida, utilizou o transporte rodoviário como principal meio de locomoção. Este pronunciamento baseia-se na certeza de quem conviveu com o sofrimento de caminhoneiros, motoristas de ônibus, viajantes e trabalhadores das mais variadas classes, que têm no seu dia-a-dia a dura convivência com a insegurança de nossas estradas.

Portanto, peço-lhes, em nome do povo mineiro, a necessária mobilização para buscarmos as soluções concretas e imediatas para o problema apresentado, uma vez que os buracos, os trechos irregulares, as pontes caídas, a falta de sinalização, as conseqüentes mortes e os demais prejuízos não podem, simplesmente e por irresponsável decisão, serem apagados de nossa consciência.

Há duas semanas, os jornais "O Tempo" e "Estado de Minas" publicaram matérias sobre essa situação caótica e crítica, que já dura décadas e décadas sem que se tome nenhuma providência.

Os bravos companheiros pescadores de Chaveslândia estão presentes nas galerias, onde colocaram várias faixas. A estrada dessa cidade também está toda esburacada. Passei lá há duas semanas e pude verificar aquela buraqueira terrível. Viajando à noite, tivemos de reduzir a nossa velocidade, tivemos de andar quase parando, porque não tínhamos condições de, sem risco de vida, trafegar por esse trecho.

Mas são todos os trechos, principalmente no Triângulo. E tenho debatido desta tribuna a conceituação de rodovias, por isso disse que o Estado ainda não teve a felicidade de possuí-las. Minas não tem rodovias; tem estradas muito ruins, quase caminhos. Acredito até que existem estradas que não foram projetadas por engenheiros, dado o descalabro na sua concepção. Existem curvas nas estradas que não têm razão de ser. Estradas assim não podem ter sido feitas por engenheiros. Mas, como estamos no Brasil, alguém pode ter feito alguma coisa fora das normas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pasmem! O "Estado de Minas" diz: "Colapso à vista no transporte". Desta vez não é a Oposição que reclama. Vem do próprio Governo o grito de alerta para o risco de problemas graves nas estradas que já matam mais pessoas que algumas guerras civis. O Ministro Eliseu Padilha diz que setor precisa, no mínimo, de R\$4.000.000.000,00." E aí vem o pessoal da equipe econômica e diz assim: "Equipe econômica garante que o Governo faz a sua parte". O Governo Fernando Henrique está totalmente perdido. Está mais perdido do que filhote de perdiz nos campos do Triângulo. Um Ministro diz uma coisa, outro Ministro diz outra. Ninguém se entende, e o povo está sofrendo. Devem se lembrar de que há algum tempo pagamos uma famigerada taxa chamada empréstimo compulsório. Para se comprar um carro, tinha-se que dar o valor de um outro carro para construir estradas no Brasil. Até hoje não foi investido um centavo sequer nas estradas. O povo não viu o retorno desse dinheiro até hoje. O Governo sempre vai até o povo buscar recursos para tapar os seus buracos. O Governo Federal tem um buraco na economia. Quem paga? O povo. Povo esse que está morrendo de fome. E a reportagem da Rede Globo sobre a miséria do povo brasileiro? Nenhum Governo toma providência. Depois do famigerado empréstimo compulsório para construir estradas, resolveram colocar o selo-pedágio. Existe esse pagamento de imposto de carro que tem três ou quatro nomes. Cada vez que se pagava algo, colocava-se um selo no carro. Cheguei a andar num carro com tanto selo que dificultava enxergar a estrada. Mas não puseram um grama de asfalto nas estradas. Esse dinheiro foi todo roubado. E o Governo FHC, que pegou uma dívida de US\$200.000.000,00 e está com quase US\$500.000.000,00, sucateou as estradas, sucateou a educação, quebrou a Previdência Social. É juiz Lalau roubando para cá, é juiz no Rio de Janeiro roubando para lá. Virou um descalabro esta Nação. Mas confio no povo brasileiro. Ainda vamos encontrar alguém que vá resolver todos os problemas brasileiros. E aí, ainda que seja tarde para mim, os meus netos terão uma qualidade de vida melhor; aquela qualidade que queria ter para mim e para meus irmãos, que vivem comigo neste País.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados telespectadores da TV Assembléia, pessoas aqui presentes, venho a esta tribuna, nesta tarde, com o único objetivo de repor as verdades dos fatos, manifestando minha indignação em relação a informações que vêm sendo publicadas por alguns veículos de comunicação de Belo Horizonte, que procuram comprometer-me com opiniões e posições políticas que jamais defendi.

Minha indignação se deve ao fato de essas publicações fazerem afirmações - por vezes categoricamente - sem sequer me ouvirem, baseando-se apenas em fontes nunca citadas, em nome da ética profissional.

Respeitamos e defendemos a liberdade de imprensa e a importante contribuição do trabalho desses profissionais para a nossa sociedade, mas não podemos deixar de defender que sejamos ouvidos sempre que o assunto nos disser respeito e que, em nome dessa mesma liberdade de imprensa, sejam respeitadas as nossas opiniões.

Têm sido atribuídas a mim posições sobre a atual sucessão estadual as quais jamais defendi. Portanto, em nome da verdade e do meu compromisso de transparência - não apenas com os nobres colegas, mas com a comunidade mineira em geral, como uma de suas representantes nesta Casa -, faço este pronunciamento.

Como Presidente do PSB, de Minas Gerais, e militante fiel aos princípios partidários, sempre defendi que as decisões partidárias sejam tomadas nas instâncias apropriadas e, democraticamente, acatadas por todos.

É assim que venho trabalhando à frente da Executiva Estadual do nosso partido e é assim que tenho procurado pautar minhas ações como Líder da Bancada do PSB nesta Casa. É por isso que não posso aceitar o fato de me serem atribuídas opiniões e posições políticas as quais nunca defendi.

Enquanto aguardava a deliberação do Diretório Estadual, jamais manifestei, em nenhum lugar nem a nenhuma pessoa, apoio a qualquer candidatura à sucessão ao Palácio da Liberdade. É, portanto, absolutamente impropriedade qualquer informação que me queiram atribuir, de apoio a este ou àquele postulante.

Por entender a necessidade de crescimento e fortalecimento do PSB em Minas Gerais, defendi e defendo a adoção de candidatura própria ao Governo do Estado em 2002. E essa nossa tese foi acatada, por unanimidade, pelos 27 membros do Diretório Estadual, presentes à reunião do último dia 23, seguindo orientação da Executiva Nacional, que já havia deliberado pela candidatura própria à Presidência da República.

Essas políticas a que me refiro apontam para a construção de uma alternativa socialista e democrática, que, no atual momento político brasileiro, significam a construção de uma aliança de centro-esquerda.

Todavia, tal aliança não deve se dar com a diminuição do PSB. A esquerda democrática, esse partido com mais de 50 anos, não deve e não pode se contentar com o papel de coadjuvante da política nacional. Por isso, nos termos do que entende a nossa direção nacional, o PSB há de trabalhar pela construção das alianças, mas sem descuidar de seu crescimento e de sua importância. Aqueles que quiserem se aliar ao Partido Socialista Brasileiro terão, antes, que respeitá-lo.

É essa, em suma, a posição política oficial do partido, conforme deliberação de nosso Diretório Estadual. Não há decisão no sentido de apoiar nenhum candidato que não seja o nosso. O resto é especulação de quem está desinformado ou de má-fé. Má-fé de forças que não somam nem multiplicam o partido, mas que, por interesse pessoal, buscam a divisão interna e, conseqüentemente a sua diminuição. Com isso não concordamos e manifestamos a nossa indignação. O meu contato com a imprensa, ao longo de toda a minha vida, foi o mais respeitoso, e muitos dos jornalistas são hoje nossos amigos fraternos e nos respeitam.

Todos sabem da importância das notícias policiais para os jornalistas. Aliás, dizem que o que faz vender mais ou menos jornais são as notícias policiais. Como Delegada de Polícia, sempre fui transparente e passei para a imprensa todas as informações de nosso trabalho. Nunca sonegamos informações ou deixamos de receber jornalistas. É com toda essa história de vida que hoje ocupo esta tribuna para manifestar a minha indignação aos profissionais que publicam matérias em que mencionam nosso nome sem nos ouvir.

Nesta oportunidade, quero ler correspondência que enviei ao jornalista Orlando Barros, editor de política do jornal "Diário da Tarde". (- Lê:)

"Prezado editor, surpreendida com matéria publicada por esse jornal em sua edição de 24/6/2001, atribuindo a mim posições políticas acerca da sucessão estadual, venho manifestar minha indignação pelo fato de, em nenhum momento, ter sido ouvida pelo repórter que a redigiu. Daí não aceitar o fato de me serem atribuídas opiniões e posições políticas as quais nunca defendi. Jamais manifestei apoio a qualquer candidatura à sucessão do Governador Itamar Franco, aguardando a decisão do Diretório Estadual do PSB.

É, portanto, absolutamente impropriedade a afirmação publicada de que estaria apoiando o Governador Newton Cardoso para o Palácio da Liberdade. Como Presidente do PSB em Minas Gerais e militante fiel aos princípios partidários, defendo que as decisões sejam tomadas nas instâncias apropriadas e partidárias e democraticamente acatadas por todos. Por entender a necessidade de crescimento e fortalecimento do partido no Estado, defendi e defendo a adoção de candidatura própria ao Palácio da Liberdade em 2002, tese acatada por unanimidade dos 27 membros do diretório presentes à última reunião do dia 23.

É também completamente desprovida de verdade a afirmação de que teria sido frontalmente contra o retorno do Prefeito Célio de Castro ao PSB. Sobre essa questão, tive oportunidade de declarar diversas vezes que o partido está de portas abertas ao Prefeito. Essa minha declaração inclusive foi publicada pelo próprio jornal "Diário da Tarde". Descartando de antemão qualquer intenção de manipulação de informação por parte desse conceituado veículo.

Quero crer que o repórter tenha se deixado levar por fontes que não têm outra intenção a não ser criar confusão e indisposição entre a militância partidária. Atenciosamente, Deputada Elaine Matozinhos, Presidente do PSB de Minas Gerais".

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputada Elaine Matozinhos, gostaria de referendar as palavras de V. Exa., vem se pautando pela ética, pela moralidade, e, acima de tudo, pelo respeito aos militantes do PSB.

Estamos há um ano filiado ao PSB. A maneira como V. Exa. vem conduzindo o partido é séria e imparcial, acima de tudo. O que V. Exa. faz, nesta tarde, ao ocupar a tribuna, é tornar público o que vinha pregando e exercitando dentro do PSB. Se havia algum tipo de dúvida ou se as forças ocultas queriam plantar falsas notícias, dessa vez as coisas ficaram muito mais claras, à medida que V. Exa. torna a sua intenção e a sua forma de conduzir o partido públicas, solicitando aos nobres companheiros do PSB que se unam conosco nessa caminhada, que decidimos na reunião da bancada e de todo o Diretório Nacional do PSB, no último dia 23.

Temos esse projeto maior, que é uma aliança de centro-esquerda. Referendamos a candidatura própria dentro do nosso partido. Foi unânime a nossa decisão de que o Dr. Célio de Castro retorne ao PSB para, juntamente conosco, erguer esse projeto maior de composição dentro de uma aliança centro-esquerda.

Mais do que nunca, V. Exa. tornou públicas e transparentes as suas ações. Gostaríamos de parabenizá-la pelo seu pronunciamento e pela firmeza com que vem conduzindo o nosso partido. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço ao nobre Deputado Sargento Rodrigues. Reafirmo a V. Exa., a todos os nossos companheiros de bancada e a toda a militância do PSB que não tenho dúvida de que essas matérias plantadas nos jornais têm o objetivo de nos dividir. Mas somos suficientemente competentes para identificar essas forças, vindo em cada uma delas um interesse pessoal. Mostramos que a posição partidária do PSB é superior a tudo isso.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Obrigado, companheira Elaine Matozinhos. Vejo que o PSB deu um salto na última reunião do Diretório, quando identificamos no companheiro Célio de Castro, ex-companheiro do PSB, ex-companheiro de luta, um potencial de lideranças dentro das lideranças políticas de Minas Gerais. O primeiro passo que o partido definiu é discutir a questão política como um todo, para que, a partir do reencontro do partido com o Prefeito, possamos encaminhar-lhe um convite de retorno ao partido.

É necessário ressaltar que a discussão política vai amadurecer e fazer o reencontro. Dentro do PSB há um sentimento unânime de trazeremos de volta o Prefeito Célio de Castro. Mas sabemos que uma discussão política amadurecida antecipa-se a esse convite. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço, Deputado Edson Rezende. Finalizando, solicito à imprensa, com que convivemos anos e anos, na pessoa de grandes companheiros, que, muitas vezes, ajudavam-nos na apuração de fatos e no levante de informações, que seja responsável o suficiente para não mais colocar nas páginas dos jornais o nome desta Deputada, sem que seja ouvida.

Gostamos da imprensa, respeitamos e entendemos a importância de seu trabalho, mas queremos que também respeite-nos e ao PSB. Não deve ser movida por forças e interesses

pessoais, que pretendem desestruturar, desconsiderando a própria imprensa, o PSB e Minas Gerais. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, não poderia deixar de registrar nossa satisfação por, pela primeira vez, receber na Casa do povo os pescadores de Minas Gerais.

Gostaria de saudá-los na pessoa de três importantes pescadores, de que o Brasil jamais se esquecerá: Domingos, João Alves e Filipe, que, pelos idos de 1725, no porto de Itaguaçu, perto de Guaratinguetá, pescaram a imagem milagrosa de Nossa Senhora da Aparecida, a padroeira do Brasil.

Peço à nossa padroeira que abençoe a todos os pescadores que aqui se encontram, pela primeira vez, reivindicando seus direitos e ações, e que o Plenário desta Casa possa atender às suas reivindicações.

Certamente, Deus e nossa padroeira, como Jesus fez na multiplicação dos pães e dos peixes, farão com que tenham o apoio necessário do Legislativo mineiro. A todos, boas-vindas.

Aproxima-se o recesso parlamentar, período em que os nobres membros desta Casa reúnem melhores condições para estreitar o contato com suas bases eleitorais, ouvindo mais de perto o sentimento e a alma de nossa gente.

Contudo, senti-me no dever de trazer a este Plenário, antes desse intervalo previsto em nosso Regimento Interno, uma reflexão sobre o grave momento por que passa a Nação brasileira e os reflexos dele decorrentes, sobre a auto-estima nacional.

Creio que a nenhum de nós, que fomos conduzidos a esta Casa pela indeclinável vontade popular, escapa o significado deste difícil momento e a urgência de decisões que permitam a adoção de medidas efetivas e completas em defesa da sobrevivência, com dignidade, de nosso povo.

Uma nação como a nossa, herdeira de um dos mais amplos e ricos territórios do Planeta, integrada por um povo homogêneo na língua, pacífico e coeso, sempre vislumbrou não só a possibilidade concreta, mas também a missão histórica de construir uma sociedade de vanguarda, que domine o saber e a tecnologia, fatores essenciais ao controle do seu próprio destino, como nação livre e próspera.

Porém, a concretização dessa expectativa vem sendo sempre adiada e, agora, parece estar sendo lancetada pela omissão do Governo Federal em suprir a demanda de energia para atender à marcha de crescimento do País.

O efeito do chamado "apagão" reflete, sem sombra de dúvidas, no inconsciente coletivo e, apesar da exemplar colaboração de nosso povo para a redução do consumo de energia, como compreender que, mesmo pagando a conta de luz, o consumidor seja ameaçado de ficar no escuro ou impedido de usar utilidades domésticas que proporcionam maior conforto ao cidadão?

A falta de energia elétrica, por imprevidência ou distorções do modelo que se tentou implantar no País, nos traz agora sérias conseqüências, com a imposição de severa restrição de consumo de energia elétrica aos usuários das Regiões Sudeste, Centro Oeste e Nordeste, com a diminuição da atividade industrial e prejuízos à arrecadação dos Estados.

Por outro lado, como encontrar explicação para o fato de o Governo Federal reduzir os investimentos no setor, comprometendo o futuro do País?

Na verdade, deparamos com verdadeiro paradoxo, pois, de um lado, o Ministro Pedro Parente diz não existir recurso para investimentos; do outro, o Ministro Pedro Malan anuncia a reedição da operação de socorro financeiro aos Bancos federais, liberando recursos de mais de R\$12.000.000.000,00, inicialmente. Entre nós, fica a indagação: qual seria a prioridade para o País?

Infelizmente, fica mais uma vez evidenciada a cega submissão do Governo Federal ao receituário ditado pelo FMI, que sempre ignorou os problemas sociais do Brasil, impondo a todos nós práticas de economia que nunca consultaram os interesses nacionais e o sentimento do povo brasileiro.

A situação toma conotações de maior gravidade quando um dos próceres do Governo Fernando Henrique, o ex-ministro Bresser Pereira, em entrevista ao "Estado de Minas", critica com veemência aqueles que aceitam todos os conselhos que nos dão os organismos internacionais, sem questionar se são convenientes com essa situação. É o que estamos vendo neste Governo, fragilizado pelas constantes denúncias de corrupção, sem a correspondente apuração dos fatos e a respectiva e necessária indicação dos culpados.

Felizmente, Minas Gerais dá exemplo de qual o caminho deve ser trilhado nesta questão energética. O Governo de Minas, tão bem comandado pelo nosso Governador Itamar Franco, por meio da CEMIG e através de importantes parcerias, vem promovendo a realização de significativos empreendimentos, construindo hidrelétricas em diferentes regiões de nosso Estado, contribuindo para atenuar a grave crise energética que atravessamos.

De outra banda, o Governo mineiro, acolhendo as sugestões do empresariado de nosso Estado, defende e busca implementar as ações que permitam a modernização da matriz energética, estimulando a racionalização e promovendo o equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia.

Sem dúvida, está diante de nós um grande desafio. Cabe a todos formular importante escolha. Qual Brasil desejamos? Aquele que se posta de joelhos, quedado às imposições que nos vem de fora? Ou um Brasil determinado a superar as injustiças e as mazelas, que não renuncie ao seu destino de grandeza?

Posso afirmar que, mais uma vez, o Brasil espera de Minas um ato de coragem e de não-resignação contra toda essa situação de obscuridade. A esta Casa Legislativa cabe um importante papel. Tenho certeza absoluta de que o parlamento mineiro não se ausentará dessa jornada cívica, que requer de todos nós empenho e abnegação, sob pena de legarmos aos nossos filhos uma nação subjugada e sem perspectivas.

Neste momento, Minas e o Brasil são a nossa causa, nossa tarefa, nossa missão. Não exclusivamente nossa, mas de todos os mineiros e, como tal, também nossa, que fomos investidos da representatividade popular para defender os legítimos e reais interesses de nossa população.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que acompanham nossos trabalhos através da TV Assembléia e das galerias, ocupo esta tribuna para dar seqüência à discussão de um tema iniciado, na parte da manhã, pelo ilustre Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau falou da necessidade e da conveniência de que matéria como essa passasse necessariamente pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. A bem da verdade, os defensores da idéia contrária argumentam que reestruturação não deve ser, necessariamente, assunto abordado por aquela Comissão, que tem seus limites quanto ao aspecto pedagógico.

Todavia, como ex-Presidente daquela Comissão, entendo que as ponderações do Deputado Paulo Piau, além de procedentes, são oportunas, porque defendem que qualquer mudança

num contexto geral na estrutura de uma Secretaria de Estado provoca uma inquietação nos estabelecimentos de ensino. Nessa fase do ano, isso cria, para parte dos educadores que ali atua, certo grau de insegurança e incerteza, que reflete reação natural do corpo docente e do corpo discente da escola. Daí o Deputado, na qualidade de Presidente, ter lamentado que a mensagem de S. Exa. o Governador do Estado, que encaminha projeto que reestrutura a Secretaria de Estado da Educação, não tenha sido distribuída àquela Comissão.

Não passou em brancas nuvens o interesse da Comissão em discutir a matéria, já que, em 23/4/2001, o Deputado Paulo Piau formulou requerimento ao Presidente desta Casa para que a aludida mensagem fosse encaminhada à Comissão de Educação. Esse requerimento foi aprovado neste Plenário. Depois disso, aquela Comissão passou, portanto, a ter esperança e expectativa de poder discutir com as partes diretamente interessadas a matéria em questão.

Todavia, alguns dias depois, atribuiu-se ao projeto regime de urgência, impedindo que ele tramitasse também naquela Comissão. A deliberação da Mesa que traz o projeto para o regime de urgência é de 30/5/2001, portanto contraria o requerimento aprovado neste Plenário, em 23/4/2001, que determinava a passagem do projeto pela Comissão de Educação. Em 30 de maio, em razão do requerimento do Líder do Governo, decidiu-se que seria atribuído ao projeto regime de urgência e, conseqüentemente, tirou da Comissão de Educação seu importante papel de discutir matéria a ela inerente.

Não queremos fazer desse episódio um cavalo de batalha. Aproveitamos este espaço para lembrar que Governo de Estado, seja esse que aí está, seja qualquer outro que venha a governar Minas Gerais, precisa, de fato, fazer uma reforma administrativa séria, definir quais são as atribuições do Estado, o que pretende fazer pela população e quanto vai precisar de pessoal e equipamento para cada uma das atividades escolhidas.

Não se pode ficar fazendo arremedos de reformas. Chega a esta Casa uma mensagem dividindo a Secretaria da Casa Civil em várias outras. Entendendo que o Governo queria atacar aquele ponto, a Assembléia Legislativa aprova a mensagem. O Governo nos encaminha outra mensagem, reestruturando a Secretaria da Educação. A Assembléia Legislativa deve aprová-la também. Pergunto: quando virá a mensagem definitiva? Quando o Governo terá a coragem cívica para se autodefinir? Quando definirá o que pretende fazer pelo Estado e pela população? Enquanto isso, vai encaminhando mensagens setoriais, reformando esse ou aquele setor. A reforma de um setor prejudica a de outro, porque os interesses de determinada Secretaria acabam sendo contrários aos de outra que foi recentemente reestruturada.

Apelo ao Governo para que se autodefinia, dizendo o que pretende para o Estado, a fim de fazer uma reforma que atenda aos interesses da população, além de trazer àqueles que prestam serviços a tranquilidade de que estarão fazendo uma atividade permanente para um Estado sério, para um governo que foi capaz de se autodefinir. Aquilo que fizemos há alguns dias, e estamos repetindo agora, é um arremedo de reforma, algo setorial, sem uma ampla discussão sobre o que o Estado possui de supérfluo e sobre o que precisa fazer para cumprir as suas atividades.

São esses, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os objetivos do PFL, que tenho o prazer e a honra de liderar nesta Casa. O que o Governo pretende para Minas Gerais? É preciso que tenha a capacidade de se autodefinir e encaminhar a esta Casa uma única mensagem contendo todas as mudanças necessárias. Devemos também ter a coragem bastante para, assim que o Governo acertar, ocuparmos esta tribuna e dizer que ele agiu corretamente. Mas o que estamos aprovando não resolverá nada, porque estamos movimentando apenas um setor do Governo, quando tantos outros precisam ser reestruturados, a fim de se adequarem aos tempos modernos. Para isso, é necessário que o Governo tenha coragem, determinação e vontade. Se o que aí está não tiver coragem para isso, que o próximo governante venha investido da função, da coragem e da seriedade para promover as mudanças que o Estado precisa, sem demagogia, sem contemplar setores, mas fazendo a reforma que os mineiros esperam.

Sr. Presidente, apesar de estar inscrito pelo art. 70, aproveito esta fase da discussão, em que o Regimento é um pouco mais amplo, e solicito-lhe permissão para apresentar um requerimento, cujo tema é de interesse de todos, notadamente de V. Exa., que tem atuação política muito acentuada na Grande BH, representando muito bem essa região.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para apresentar requerimento pedindo que, após minha intervenção, seja encaminhado e inserido, nos anais da Casa, o artigo do "Diário da Tarde" intitulado "População Pede Socorro ao Governador Itamar Franco". Esse artigo foi publicado no dia 18/6/2000. Não estou desviando o assunto, estava concluindo o meu raciocínio com relação à matéria que estava discutindo e, ao mesmo tempo, inscrito que estou, pelo art. 70, para me manifestar, quero solicitar a inclusão, nos anais da Casa, desse artigo, que aborda a questão da segurança pública em Minas Gerais, notadamente na região da Grande BH.

Assim sendo, Sr. Presidente, faço um alerta: que o Governo do Estado defina a reforma que pretende fazer, as atividades essenciais e as pessoas ou os cargos de que vai precisar para cada uma.

Solicito a V. Exa. o cancelamento da minha inscrição pelo art. 70, porque o requerimento que quero encaminhar é o que estou fazendo neste momento. E, quando se fala em violência, é preciso que haja vontade do Estado, é preciso que haja consciência da sociedade, é preciso que haja o desejo de todos para enfrentá-la e combatê-la. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, esse projeto é muito bom, e levá-lo-emos à bancada, para maior discussão.

Quero tratar, também, da truculenta operação da Caixa Econômica e da Polícia Federal, que fechou dez bingos em Belo Horizonte, na última sexta-feira, trazendo péssimos resultados. Duas mil pessoas estão com a vida em suspenso, pois não sabem se terão seu emprego de volta, e muitas delas não receberam sequer seu salário, uma vez que a Polícia Federal confiscou tudo.

O Sr. Presidente (Deputado Álvaro Antônio) - A Presidência solicita a V. Exa. que se atenha ao projeto em discussão.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Falarei por 1 hora, até que haja quórum, até que o Deputado Dimas Rodrigues possa fazer o seu pronunciamento pelo art. 70 e até que este Deputado possa falar, também, pelo art. 70. Esse pronunciamento é do meu interesse e do interesse de 2 mil trabalhadores. Estamos discutindo o Projeto de Lei nº 1.110/2000, que estabelece o controle e a fiscalização dos desmontes de carros e de motocicletas pelas oficinas denominadas ferros-velhos e dá outras providências.

Tenho algumas observações a fazer. Fica, então, terminantemente proibido o desmonte de carros e motocicletas nos ferros-velhos. E nenhum veículo automotor poderá ser desmontado quando tiver a finalidade de sair de circulação, sem a prévia autorização do DETRAN. Essa autorização para o desmonte deverá conter todos os dados lançados no Documento Único de Trânsito - DUT -, com destaque para o nome do proprietário e o número de fabricação do veículo. O nome do proprietário deverá ser seguindo do seu endereço residencial atualizado e do CPF, para efeito de controle.

Estou esperando para falar desde as 14 horas, apesar de ter muitas pessoas para atender e muito trabalho a fazer. Então, encerraremos a discussão agora, porque há companheiros da cidade de Itabirito esperando para falar comigo. Aprendi algo. Sempre que quis falar, falei. Falaremos de qualquer jeito. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, subimos à tribuna pedindo a criação da TV do Legislativo exatamente para mostrar o nosso trabalho e levá-lo a todo o Estado. Era grande a nossa vontade, desde as 14 horas, de fazer, desta tribuna, algumas colocações, o que faremos agora.

A truculenta operação da Caixa Econômica Federal e da Polícia Federal, que fechou dez bingos em Belo Horizonte, na última sexta-feira, teve um resultado funesto: 2 mil pessoas estão com a vida em suspenso. Não sabem se terão o emprego de volta, se estarão na rua. Muitas delas não receberam nem o salário, porque a Polícia Federal confiscou tudo.

Mas não é só o desemprego que resultou da draconiana operação. Mais uma vez, o Estado foi ultrajado, porque a violenta operação só foi feita em Minas, o que leva a crer que se trata de mais um "round" da briga entre o Presidente Fernando Henrique e o Governador Itamar. Ao contrário de outras batidas em casas de jogos, esta teve a participação violenta da Polícia Federal e da CEF.

Com a desculpa de que os bingos estavam irregulares, a CEF montou a operação confisco, porque foi isto que aconteceu, para fechar as casas. No entanto, muitas delas comprovaram ter a documentação em dia. Mesmo assim, não resolveu nada.

Houve abuso de poder por parte da Polícia Federal e dos fiscais da Caixa, intimidações exorbitantes, como o caso de um gerente que teve uma arma apontada para a cabeça, só porque estava ao telefone no momento em que os agentes federais invadiram a casa.

Nem em filme de gângster se viu tamanha violência, segundo informações dos funcionários que me procuraram hoje. E é por eles que faço este pronunciamento. Por trás de toda a briga política, de todo o exibicionismo do Ministério Público, mais uma vez, à frente das espetaculares apreensões, existem histórias humanas, como as de funcionários que trabalham há oito anos em bingos, sustentam a família e pagam os impostos.

Só no fechamento, foram atingidas diretamente 2 mil pessoas; com as famílias, chega a cerca de 5 mil pessoas. Duas mil pessoas estão nas ruas, sem emprego, por causa dessa operação.

A opinião pública só recebeu um lado da notícia. Não foi devidamente informada sobre a situação dos trabalhadores dos bingos. Não foi informada de que são trabalhadores registrados, têm todo o amparo trabalhista, e agora estão ao deus-dará, sem saber se têm ou não emprego.

Faço um apelo ao Governador, Itamar Franco: V. Exa., que, desde o primeiro momento, teve peito de enfrentar o Governo corrupto de Fernando Henrique, enfrente, mais uma vez, essa arbitrariedade, porque a operação da Caixa não passou disso: um descaso a Minas. Nenhum outro Estado sofreu essa violência. Só em Minas aconteceu essa operação.

Enfrente a Caixa, estadualizando os bingos. Tenho um projeto na Assembléia que transfere para a Loteria Mineira a responsabilidade pela atuação dos bingos. Basta de interferência federal. Lembro que presidimos uma CPI no último ano, e, ao meu lado, estava o companheiro Durval Ângelo. Desde aquela hora, achávamos difícil a fiscalização do bingo, já que Brasília não fazia nada, e tinha de haver fiscalização aqui, para proteger os apostadores e os funcionários. Governador, faça esse apelo: basta de interferência federal.

No Rio, o Governador Garotinho baixou um decreto e deixou a LOTERJ como responsável pela área de jogos. Lá, os bingos funcionam legalmente.

O dinheiro dos bingos é arrancado de Minas Gerais, levado para Brasília, e temos de ir lá, mendigá-lo. Com essa briga entre Fernando Henrique e Itamar, esse dinheiro, que é de Minas, nunca chega aqui. Cabe ao Governador fiscalizar, taxar e cobrar impostos dos bingos. E a solução é um projeto.

Gostaria que os Deputados tivessem ouvido as histórias dos funcionários. Não são bandidos, têm um sindicato, têm carteira assinada, muitos recebem comissão e por isso estão há dias sem faturar nada. Em algumas casas, no confisco da Polícia Federal, foi-se, também, o salário dos funcionários.

Precisamos acabar com essa hipocrisia em relação aos jogos, que são proibidos no Brasil.

A Caixa Econômica Federal é a maior banqueira, atualmente, em Minas Gerais e em todo o País. A Caixa tem seus próprios jogos, que se acumulam uma, duas, três, cinco, dez vezes, sem que a premiação seja feita. Além disso, tira-se uma parte do valor da premiação, e apenas mixaria é dada ao apostador. Isso tem de ser olhado. A Caixa é a maior banqueira do País, fugindo totalmente de suas finalidades primordiais, que é o investimento nas áreas sociais, como saneamento básico e habitação. Ninguém banca tanto jogo em Minas e no Brasil como a Caixa Econômica Federal. É hipocrisia esquecer. O jogo está aí, existe e tem de ser regulamentado.

Por que não se vê tanta competência para sanar problemas que nos deixam envergonhados, como a questão da fome, mostrada pela Rede Globo, na semana passada? Quando se trata de perseguir trabalhadores e empresários, a ação é fulminante. Se há irregularidades, por que não dar o mesmo tratamento concedido a outros setores econômicos, como as indústrias?

Ninguém vê uma megaoperação para fechar uma FIAT, uma Votorantim ou um BRADESCO porque essas empresas estão com documentos vencidos ou atrasados, e todo mundo sabe que estão. Então, que sejam fiscalizadas. E para cobrar documentos atrasados, a Caixa, o Ministério Público e a Polícia Federal foram rápidos no gatilho.

Srs. Deputados, em breve, meu projeto que estadualiza os bingos vai estar em Plenário para ser votado. Foi rejeitado nas comissões, porque é papel delas primar pela legalidade. Mas não podemos esquecer que esta é uma Casa política e muitas de nossas ações têm de ser encaradas pelo lado político. A aprovação do projeto vai obrigar o Governo Estadual a tomar uma posição final, como já aconteceu em outros Estados, como Rio de Janeiro e Paraná.

Peço aos Srs. Deputados, portanto, que me ajudem nessa cruzada. Sem hipocrisias, sem oportunismos, quero dar uma resposta aos trabalhadores que defendem, unicamente, seu direito de ter o emprego de volta.

Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, companheiros das galerias, na próxima terça-feira, na sessão da manhã, já foi autorizado à parte legislativa da Casa colocar em votação esse projeto. Aí, quero lembrar que vai caber ao Governador Itamar Franco sancioná-lo, pois a Casa vai cumprir o seu papel.

Quero lembrar, mais uma vez, que ninguém banca tanto quanto a Caixa. No entanto, ela divide o dinheiro do apostador: pega 60% desse dinheiro e dá apenas 20% da premiação ao ganhador. A Caixa está com o jogo escancarado e é a responsável pela jogatina no Brasil. Já que a Caixa pode, o Estado também pode taxar, fiscalizar, arrecadar e investir no social.

Vou agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade que me deu, depois de 3 horas, de poder me manifestar e dar satisfação aos quase 2 mil empregados que estão ao deus-dará, porque, na hora da eleição, todos vão lá pedir voto, seja para quem joga, seja para quem não joga; falam que são amigos e prometem o céu e a terra. Porém, depois de eleito, não dão nem o inferno.

A Caixa Econômica Federal é a maior banqueira, atualmente, em Minas Gerais e em todo o País. Na Caixa, há a Tele sena e seus próprios jogos, que se acumulam uma, duas, três, cinco, dez vezes, sem que a premiação seja feita. Além disso, ela tira uma parte do valor da premiação e dá apenas mixaria ao apostador. Isso tem de ser olhado. A Caixa é a maior banqueira do País, fugindo totalmente de sua finalidade primordial, que é o investimento nas áreas sociais, como saneamento básico e habitação. Ninguém banca tanto jogo em Minas e no Brasil como a Caixa Econômica Federal. É hipocrisia esquecer. O jogo está aí, existe e tem de ser regulamentado.

Por que não se vê tanta competência para sanar problemas que nos deixam envergonhados, como a questão da fome, mostrada pela Rede Globo, na semana passada? Quando se trata de perseguir trabalhadores e empresários, a ação é fulminante. Se há irregularidades, por que não dar o mesmo tratamento concedido a outros setores econômicos, como as indústrias?

Ninguém vê uma megaoperação para fechar uma FIAT, uma Votorantim, um BRADESCO porque essas empresas estão com documentos vencidos ou atrasados, e todo mundo sabe que os têm. Então, que as fiscalizem. E, para cobrar documentos atrasados, a Caixa, o Ministério Público e a Polícia Federal foram rápidos no gatilho.

Srs. Deputados, em breve, meu projeto que estadualiza os bingos vai estar em Plenário para ser votado. Foi rejeitado nas comissões, porque é papel delas primar pela legalidade. Mas não podemos esquecer que esta é uma Casa política e muitas de nossas ações têm de ser encaradas pelo lado político. A aprovação do projeto vai obrigar o Governo Estadual a tomar uma posição final, como já aconteceu em outros Estados, como Rio de Janeiro e Paraná.

Peço aos Srs. Deputados, portanto, que me ajudem nessa cruzada. Sem hipocrisias, sem oportunismos, quero dar uma resposta aos trabalhadores que defendem, unicamente, seu direito de ter o emprego de volta.

Srs. Deputados, telespectadores da TV do Legislativo, companheiros das galerias, já foi autorizado à parte legislativa da Casa colocar em votação esse projeto, o que ocorrerá na próxima terça-feira, na sessão da manhã. Aí, quero lembrar que vai caber ao Governador Itamar Franco sancioná-lo, pois a Casa vai cumprir o seu papel.

Quero lembrar, mais uma vez, que ninguém banca tanto quanto a Caixa. No entanto, ela divide o dinheiro do apostador: pega 60% desse dinheiro e dá apenas 20% da premiação ao ganhador. A Caixa está com o jogo escancarado e é a responsável pela jogatina no Brasil. Já que a Caixa pode, o Estado também pode taxar, fiscalizar, arrecadar e investir no social.

Vou agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade que me deu, depois de 3 horas, de me manifestar e dar satisfação aos quase 2 mil empregados que estão ao deus-dará, porque, na hora do voto, todos vão lá pedi-lo, seja para quem joga, seja para quem não joga - falam que não são amigos e prometem o céu e a terra. Porém, depois de eleito, não dão nem o inferno. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras das galerias, tentarei ser breve, porque irei tratar de três assuntos de extrema relevância. Como sou relator do projeto que estamos debatendo com os pescadores e com várias autoridades ligadas ao meio ambiente, pretendemos reduzir o nosso tempo, a fim de que possamos transferir a reunião que está sendo realizada no Teatro para este Plenário, pois existem aproximadamente 600 pessoas desejando participar dos debates.

O assunto que desejo abordar está dentro da mesma linha e com dados muito claros. Estamos sem governo em Minas Gerais, porque o Governador faz o seu "road show", o seu passeio pelo Brasil, tentando emplacar o seu nome como candidato à Presidência da República, o que deverá ser negado pelo PMDB, pelo bem do País. Segundo dados, perto de 60% dos empregos são gerados pelas microempresas e pelas pequenas empresas. No Governo anterior, de Eduardo Azeredo, trabalhamos arduamente e demos ao nosso Estado o projeto Micro Geraes.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, tenho a certeza de que o seu pronunciamento é importante e que V. Exa. deseja terminá-lo. As pessoas que desejam participar da reunião da Comissão de Meio Ambiente, que está sendo realizada no Teatro - que está lotadíssimo -, não cabem no saguão de entrada. Existem pessoas que viajaram ontem à tarde, estão de pé, sem ouvir e sem participar dos debates.

Deputado Miguel Martini, V. Exa. está fazendo seu pronunciamento, e o Deputado Dimas Rodrigues disse que fará sua exposição em 5 minutos. Assim, solicitamos a sua compreensão e a do Deputado Dimas Rodrigues, a fim de que abram mão do tempo ou pelo menos falem realmente 5 minutos de 60 segundos cada. O nosso Presidente, Deputado Álvaro Antônio, poderia conceder a licença e mudar, conforme o Regimento Interno, a situação, a fim de que este Plenário seja ocupado por trabalhadores, pescadores que saíram de casa ontem à tarde. Alguns, apesar de estarem sem almoço, querem lutar, ouvir e colocar o problema da pescaria.

O Deputado Miguel Martini - Deputada Maria José Haueisen, se o Presidente concordar com esse pedido, com o qual somos solidário, enquanto estiver ocorrendo a transferência da audiência do Teatro para este Plenário, faremos o nosso pronunciamento. Farei melhor: se o Deputado Dimas Rodrigues disser que fará sua exposição em 4 ou 5 minutos, concedo-lhe um aparte, a fim de que fale primeiro. Enquanto as pessoas se deslocam, vamos usando a palavra. Assim que todas estiverem aqui, encerraremos a nossa fala.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte)* - Fico muito agradecida pela sensibilidade de V. Exa. e apelo ao Presidente desta reunião, Deputado Álvaro Antônio, para que conceda a licença para o pessoal entrar aqui, agora.

O Sr. Presidente (Deputado Álvaro Antônio) - Informo à Deputada Maria José Haueisen que o Presidente da Casa havia determinado que essa audiência fosse realizada em outro local, pois não deseja abrir precedentes para que reuniões que acontecem esporadicamente e de surpresa sejam realizadas neste Plenário.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte)* - Deputado Álvaro Antônio, com todo o respeito pela sua colocação e entendendo a preocupação do Presidente da Assembléia, existem casos imediatos, prementes, emergentes. Portanto, às vezes, temos de mudar. A lei é feita para servir o homem, e não, o contrário. Então, uma determinação do Presidente, diante de uma situação como esta, pode ser alterada.

Tenho certeza de que o Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, pela sensibilidade que tem, não se importará em ter alterada uma determinação sua. Não se trata de desrespeito, trata-se de necessidade urgente. O povo está presente e não pode participar, porque no Teatro não cabem todos.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece à Deputada Maria José Haueisen que, tão logo terminem os pronunciamentos do Deputado Miguel Martini e do Deputado Dimas Rodrigues, terminaremos a reunião.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte)* - Gostaria que o Deputado Miguel Martini e o Deputado Dimas Rodrigues entendessem que eles não podem adentrar o Plenário sem que a reunião esteja encerrada.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, concederei aparte ao Deputado Dimas Rodrigues e falarei até que todos estejam ocupando as galerias.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupantes das galerias, imprensa, queremos dar as boas-vindas aos pescadores. Sabemos que são lutadores, pais de família, e podem contar com o apoio do Deputado Dimas Rodrigues. Estou ao lado de vocês e tenho a certeza de que todos os Deputados desta Casa também estão e de que o Governador Itamar Franco vai se sensibilizar e revogar esse decreto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também dar as boas-vindas aos produtores do Projeto Jaíba, aos do Projeto Irrigado do Gorutuba, aos do Projeto Irrigado de Pirapora e aos produtores da cidade de São Gonçalo do Rio Preto.

Muitos esforços temos feito a fim de chamar a atenção do poder público para a importância econômica e o alcance social dos projetos irrigados. Quando estivemos à frente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa, realizamos audiências públicas, ouvimos os produtores, fizemos diversos pronunciamentos e encaminhamos as nossas reivindicações, sempre na tentativa de valorizar esses projetos tão importantes. Desta vez, tomamos uma atitude mais prática, trazendo os nossos produtores à Assembléia para mostrar seus produtos.

Aqueles que ainda não conheciam os projetos irrigados estão tendo aqui a oportunidade de ouvir depoimentos dos nossos produtores, dos nossos segmentos da agricultura, como a CEMIG, a EMATER, a EPAMIG, a CODEVASF, a FAEMG, o Banco do Nordeste, cada um com uma missão especial de suporte aos nossos produtores.

Os nossos projetos apresentam avanços exatamente em razão da atuação desses e de outros importantes órgãos técnicos. Mas esses avanços precisam continuar. E, para isto, precisamos ampliar a atuação dos nossos órgãos, seja abrindo novos escritórios, seja capacitando novos técnicos, disponibilizando outros serviços e promovendo maior interação entre os produtores e os órgãos do Governo.

Pirapora, Jaíba, Janaúba e São Gonçalo do Rio Preto estão dando grande exemplo de trabalho, trazendo a esta Casa produtos selecionados de primeira qualidade, em condições de abastecer o mercado interno e o externo. É uma grande demonstração de que o Norte de Minas e o Jequitinhonha não existem para cultivarem a miséria, mas para cultivarem as riquezas. Basta, para isto, que os governantes se disponham a enfrentar, com determinação, o desafio da seca, basicamente com o fornecimento de água e energia para os produtores, além de linhas de crédito acessíveis.

Trouxemos, também, a cidade de São Gonçalo do Rio Preto, que procura divulgar a sua produção de abacaxi. São Gonçalo do Rio Preto realizou recentemente a 2ª Festa do Abacaxi, um evento que já começa a se tornar tradicional na cidade, atraindo visitantes e abrindo oportunidades para se negociarem os seus produtos.

Mas quero enfatizar a urgente necessidade que temos de conseguir o fundo de aval para os nossos produtores. Pirapora, recentemente, foi surpreendida com uma precipitação de granizo, que resultou em grande prejuízo ao Projeto. Estes prejuízos poderiam ser menores, se já tivéssemos conseguido o fundo de aval.

Portanto, quero registrar, mais uma vez, esta reivindicação que faço às nossas autoridades da agricultura: o fundo de aval é uma questão de justiça para com os nossos produtores.

Outra questão que precisa ser revista é a questão da energia elétrica. O fantasma do apagão ronda os nossos produtores. Precisamos das ações do Governo, juntamente com a CEMIG e as demais empresas energéticas, para a equiparação das tarifas de energia.

A exposição que realizamos é a demonstração clara de que os projetos são viáveis. Não podemos permitir que esses projetos cheguem à falência por atitudes de irresponsabilidade.

Fica, portanto, desta tribuna, o meu apelo aos pares desta Casa, para que façamos um esforço conjunto em defesa dos interesses de nossa agricultura.

Queremos protestar e dizer que sempre reivindicamos, nesta Casa e ao Governo Federal, política agrícola, investimento no homem do campo, porque assim vamos resolver o problema do desemprego em nosso país. Sempre defendemos e mostramos que, enquanto o Governo Federal investe R\$200.000,00 para gerar empregos em fábricas de automóveis ou em qualquer indústria, com R\$20.000,00 o Governo Federal gera 10 empregos no campo.

Precisamos nos conscientizar disso. Fazemos esse apelo ao Presidente da República, para que possamos constituir essa política agrícola. Vamos dar apoio ao nosso companheiro do campo, porque a solução do País está no campo. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, enquanto os pescadores se encaminham para o Plenário, aproveitemos este tempo. Peço que me informe quando estiver tudo pronto, para que suspenda meu pronunciamento.

Os próprios pescadores estão dizendo: "Vamos viver de quê, se não houver pesca?". É grave o problema do desemprego, que o Brasil vive neste momento. Como dizia, 60% da mão-de-obra brasileira está lotada na micro e na pequena empresa. Vejam que fizemos em Minas Gerais, no Governo anterior, na legislatura passada, o projeto Micro Geraes, em que fizemos o SIMPLES melhorado para o Estado. O SIMPLES era um projeto do Governo Federal e o fizemos em Minas Gerais, incentivando o surgimento da pequena e da média empresa, o desenvolvimento da média, para que se torne grande; da micro, para que se torne pequena; e da pequena, para se tornar média.

Ou seja, para que a microempresa e a pequena empresa possam subsistir e, subsistindo, se desenvolvam, cresçam e gerem crescimento econômico e emprego, vários foram os incentivos.

O Governo que aí está - mais para desgoverno do que para governo -, no ano passado, fez uma modificação no Micro Geraes, praticamente inviabilizando as microempresas e as pequenas empresas. Além disso, ainda apanha o dinheiro que é dos microempresários e dos pequenos empresários, depositado mensalmente no BDMG, não empresta a eles e coloca-o no caixa único para resolver os seus problemas.

Deputados Amílcar Martins e Márcio Kangussu, vejam o absurdo no Estado de Minas: hoje temos disponíveis R\$86.000.000,00, que deveriam ser emprestados aos microprodutores e aos pequenos produtores. Há R\$43.000.000,00 desses recursos que estão desviados para a Secretaria da Fazenda. Esses recursos são depositados mensalmente pelos empresários, única e exclusivamente para atender ao FUNDES, a fim de gerar empregos para o crescimento, a sustentação e o desenvolvimento das microempresas e das pequenas empresas.

Numa média de R\$16.000,00 por microempresa e por pequena empresa, esses recursos poderiam estar assistindo a 5.179 empresas. Numa média de três empregos para cada microempresa e pequena empresa, seriam 15 mil novos empregos em Minas Gerais. Deputada Maria José Hauelsen, já vou encerrar o meu pronunciamento, para voltar a este assunto amanhã. Mas quero dizer que este Governo, na verdade, além de não governar, está destruindo o que de bom foi feito no passado.

As microempresas e pequenas empresas precisam subsistir, para gerar emprego e desenvolvimento. No entanto, o Governador coloca a mão nesse dinheiro e deixa de gerar emprego no Estado em momento grave pelo qual passam o Brasil e Minas. Como se não bastasse as empresas saírem do Estado pelo desgoverno, como se não bastasse o descalabro de o Governo não estar investindo nada - de R\$944.000.000,00 apenas R\$41.000.000,00 foram aplicados -, agora destrói as microempresas e pequenas empresas.

Para cada real aplicado, há financiamento internacional para o desenvolvimento e geração de emprego. Deputada Maria José Hauelsen, encerro o meu trabalho, mas amanhã vamos voltar a falar deste assunto tão grave, para que a sociedade mineira tome conhecimento do que está acontecendo, do descalabro gerencial e administrativo em Minas Gerais. Não só não está construindo como está destruindo o que foi feito no passado.

* - Sem revisão do orador.

260ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/6/2001

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, volto à tribuna para, de novo, abordar o tema da Vale do Rio Doce, acerca do acordo feito entre o Governo do Estado e a Companhia, o qual julgo nocivo aos interesses do Estado. Falo em nome da Bancada do PT, depois de um longo debate na Comissão de Fiscalização Financeira, em que denunciámos que o acordo foi lesivo aos interesses do Estado.

Diria que o Estado deixou de receber cerca de R\$150.000.000,00. Esse valor é o que ele poderia ter recebido se, em vez de fazer o acordo com a Vale, tivesse ido até o fim, nas ações judiciais que já tinha contra a Companhia. Quero ressaltar, ainda, que não se trata de um acordo qualquer, nem de uma empresa qualquer. A CVRD, somente durante o ano passado, obteve um lucro de quase R\$2.200.000.000,00, isto é, um lucro líquido que é, praticamente, dois terços do que a empresa privada pagou pela estatal. Em apenas um ano, obteve um lucro de dois terços daquilo que comprou, aí, sim, poderíamos dizer, a preço de banana, no leilão e com a privatização dessa importante estatal brasileira.

Agora, não contente com essa situação, a Vale do Rio Doce deixa de pagar ao Estado uma série de compromissos relativos ao ICMS. Como já disse desta tribuna, posteriormente, o Governo fez um acordo com a empresa - e apenas com ela -, depois de aprovar uma lei de anistia, em que só a Vale do Rio Doce tem os privilégios oferecidos para que esse acordo passasse a existir. Tudo isso já é sabido. No meu entender, as ilegalidades foram constantes, para que esse acordo, ao fim, fosse assinado entre os representantes da Vale do Rio Doce e o Governo do Estado, representado pelo Governador Itamar Franco.

Na verdade, o Ministério Público - no nosso entendimento, de uma forma apressada - resolveu colocar um fim a essa pendenga jurídica, não reconhecendo que nela havia ilegalidade; portanto, conferiu ao acordo feito uma posição parcial, acabou por arquivar a denúncia que havia sido feita contra o acordo.

Com base em um estudo amplo, resolvemos - a Bancada do PT, composta de cinco Deputados - apresentar hoje uma solicitação ao Ministério para que possa rever o arquivamento imposto a nossa denúncia. Por fim, solicitamos a anulação do acordo. Essa é a primeira medida que a Bancada do PT toma, por entender que o Estado não recebeu nada de vantajoso na transação celebrada em dezembro de 2000 e por acreditar que o processo de ilegalidade foi enorme, tão grande, que a própria lei obrigava a que houvesse o aval do Ministério Público, o que não houve, e fosse remetido à própria Assembléia Legislativa, o que, também, não foi feito.

Além de questionar e solicitar ao Ministério Público que reveja a sua posição por meio de uma nova deliberação de seu Pleno, apresentamos um projeto de lei que, aprovado e sancionado pelo Governador, passaria a disciplinar a concessão, a revogação de isenções e benefícios fiscais relativos ao ICMS. Seria remetida à Assembléia Legislativa qualquer ratificação de convênio interestadual celebrado pelo Poder Executivo que dissesse respeito a isenção, benefício, incentivo relativo ao ICMS.

A apresentação desse projeto se deveu ao que aconteceu, em especial, com o acordo de transação feito com a Vale do Rio Doce. No nosso entender, esses recentes acordos,

principalmente o último, demonstram a importância de se adequar a legislação atual, que foi mudada recentemente, com o objetivo de flexibilizar acordos da Fazenda Pública com os contribuintes.

No nosso entender, isso ensejou mau uso pelo Executivo da ampliação de poderes que lhe foram outorgados, gerando acordos evitados de irregularidades e lesivos ao interesse público.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, que o projeto de lei que a Bancada do PT propõe não inova a legislação federal. Já o Código Tributário Nacional não deixa dúvida quanto à necessidade de lei específica para qualquer ato de instituição ou extinção de tributo, assim como as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários.

A Bancada do PT gostaria de informar que, hoje mesmo, daremos guarida e entraremos com esse pedido de recurso ao Ministério Público para que possa rever o arquivamento da denúncia com relação ao acordo da Vale do Rio Doce e o Estado de Minas Gerais. Já entramos também com esse projeto de lei colocando a necessidade de ratificação legislativa de qualquer convênio interestadual celebrado pelo Poder Executivo no que diz respeito à isenção, benefício ou incentivo fiscal em relação ao ICMS.

São essas medidas que gostaria de anunciar, Sr. Presidente.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados amigos da imprensa, pessoas presentes nas galerias, aproveito o gancho do colega Deputado João Leite para falar da realização da Taça BH Juniores, que está sendo feita em várias regiões de Minas.

Na nossa Leopoldina, estamos nos empenhando em resgatar um clube de grande tradição de Minas, que é o Ribeiro Junqueira, trabalhando justamente numa divisão que chamamos a mais importante para o futebol brasileiro, que é a divisão de base. Graças a atuação de alguns abnegados, estamos conseguindo, novamente, levar o povo para o estádio. O Ribeiro Junqueira faz uma boa campanha, enfrentando adversários fortes como Bahia, Vasco, seleção da China, que está lá. Estamos numa campanha bonita revelando alguns valores, o que é muito importante.

Em reunião na Comissão do Trabalho, Previdência e Ação Social, da qual sou Vice-Presidente, falávamos do futebol em Minas, do desemprego, da falta de oportunidades. Ocasão em que surgiu a oportunidade de pedirmos a criação de uma comissão especial que vai atuar a partir de agosto, quando voltarmos do recesso parlamentar. Vamos debater o esporte em Minas; especialmente o futebol, que é a grande coqueluche do brasileiro. Vamos discutir esse esporte em todo o seu âmbito, visando resgatar os clubes do interior, que são a base. O nosso interior está realmente, com relação aos clubes, empobrecido e com falta de oportunidade.

Esse trabalho que vamos efetivar na Assembléia será de grande valia. Creio que a comissão a ser formada dará uma grande contribuição. Este momento é de mudanças no esporte, e esperamos implementar essas ações na Casa, para que haja um novo tempo no futebol de Minas.

Na oportunidade, quero pedir ao Sr. Presidente que efetive uma ação junto à Prefeitura de Leopoldina, uma vez que a TV Assembléia, lá instalada na Presidência do Deputado Anderson Aduato, está fora do ar, devido a defeitos técnicos. Funciona bem em Muriaé, graças aos efeitos do trabalho do Deputado Cristiano Canêdo, mas não em Leopoldina, apesar das solicitações deste Deputado, que gosta de sua cidade e quer apresentar seu trabalho. Não sabemos o que está ocorrendo, já fizemos nossas reclamações e entendemos até o direito da Prefeitura de rescindir o contrato, para que possamos levar a TV a outra cidade, onde possa ser vista. Não quero culpar ninguém. Quero apenas, de público, pedir, com todo respeito ao Prefeito de Leopoldina, Dr. José Roberto de Oliveira, que determine à sua assessoria que implemente uma ação junto à Assembléia de Minas, para que a TV Assembléia possa voltar ao ar.

Quero agradecer ao Governador Itamar Franco por ter liberado o convênio, no valor de R\$280.000,00, para a recuperação da ponte Raul Soares, que serve a Leopoldina e Cataguases. A Arte Leste ganhou a licitação, e, nos próximos dias, esperamos que saia a ordem de serviço. A ponte Raul Soares é extraordinária, e existe apenas outra como ela no Brasil. O turismo da região nela se espelha, pois é muito visitada por mineiros que vão a Vista Alegre. Portanto, recebi com alegria a notícia do Secretário Hargreaves sobre o atendimento a uma antiga solicitação nossa e, também, do Deputado Tarcísio Henriques. Os ex-Prefeitos dessas cidades, Paulo Schelb, de Cataguases, e Márcio Freitas, de Leopoldina, e os atuais Prefeitos, José Roberto e Maria Lúcia, trabalharam nesse sentido, e vemos com muito otimismo a retomada desse trabalho, com a recuperação da ponte Raul Soares. Os nossos agradecimentos, também, à Secretaria de Obras e ao DNER.

Estamos próximos às eleições, e nós, que fazemos política no interior, estamos deparando com situações difíceis. O nosso Estado tem 853 municípios, sendo que muitos não têm Deputados que os representem, sendo humanamente impossível atender a todos. Assim, não se justifica a preocupação de atropelar um companheiro. Não digo que isso esteja ocorrendo aqui, mas, externamente, estamos vivendo algumas situações constrangedoras.

Cito um fato ocorrido na cidade de Patrocínio do Muriaé. Um Prefeito, amigo de longa data, convidou-me para a abertura de uma exposição. Quando lá cheguei, havia uma faixa saudando o Deputado Felipe Néri e agradecendo-lhe o asfaltamento do parque de exposição da cidade. Fiquei surpreso com isso. Tenho o maior respeito pelo ex-Deputado Felipe Néri, que é uma pessoa com quem sempre me dei bem. Não tenho ciúmes, mas disse ao Prefeito que, se trocou uma amizade por um caminho de asfalto, muito obrigado e até a próxima. Esse não é o caminho. Não culpo aquele que foi convidado a estar lá para fazer o atendimento, mas fiquei em uma situação constrangedora. O mesmo aconteceu na cidade de Astolfo Dutra, onde obtive 2.500 votos, ajudei o Prefeito, tenho muitos amigos e trabalho. Lá estamos enfrentando uma situação parecida.

Há um aeroporto em Leopoldina, que serve basicamente a essa cidade e a Cataguases. Há muito estamos pedindo o seu recapeamento, que não é feito desde o Governo Francelino Pereira. Vinhamos sempre fazendo esse pedido e colocando no orçamento, ou seja, temos feito a nossa parte. Recentemente, em maio ou abril, o Governador Itamar Franco desceu nesse aeroporto. Fizemos a sua recepção, juntamente com o Prefeito de Leopoldina, José Roberto, e a Prefeita de Cataguases, Maria Lúcia. Ele foi com o Secretário Hargreaves e com o Diretor do DER, Maurício Guedes. Nessa oportunidade, reiteramos o pedido de recapeamento. O Presidente da Cia. Força e Luz de Cataguases, Dr. Neiva, concordou em fazer uma parceria com o Estado. Ficou tudo acertado e dividido em termos de prestígio. É disso que o Deputado precisa. Estamos trabalhando diuturnamente, e o povo quer ver o resultado na prática. Estamos trabalhando, mas, quando chega a hora de pôr na prática, ficamos de lado. Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo, que nunca faltou com a sua lealdade para conosco e que tem conhecimento da situação, peço que tome providências, encaminhando as nossas preocupações, para que esses espaços sejam ocupados de outra forma.

No dia 23 de junho, o "Diário Oficial" publicou a assinatura do convênio do aeroporto, que foi realizada no escritório da Cia. Força e Luz de Cataguases e de Leopoldina. Sempre defendi essa Companhia. Esse convênio foi assinado pelo engenheiro Marco Antônio da EETOP, pelo Diretor Maurício Guedes, pelo Dr. José Roberto de Oliveira, Prefeito de Leopoldina, e pelo Dr. Manoel Neiva, Presidente da Companhia. Eu, Deputado por quatro legislaturas seguidas, majoritário, e a Maria Lúcia, Prefeita de Cataguases, ficamos de fora. Gostaria apenas de ter um prestígio político. Não desejo ser o pai da criança para dizer que fiz algo.

O Deputado Agostinho Silveira (em aparte) - Prezados Deputado Bené Guedes, acompanhando o pronunciamento de V. Exa., faço coro com essa denúncia grave contra aquele que está à frente do DER, o engenheiro Maurício Guedes, porque eu também tenho sido vítima das suas injunções junto às minhas bases políticas. Já comuniquei esse fato ao Governo e ao Líder do Governo na Casa; sou o Vice-Líder, mas, lamentavelmente, foi necessário que uma pessoa como V. Exa. assumisse a tribuna para que não fôssemos voz isolada. Ao denunciar o uso indevido da estrutura estatal em benefício próprio, não somos contra a legítima candidatura ou pré-candidatura do Sr. Maurício Guedes ou de quem quer que seja. Entretanto, é dever daquele que ocupa um cargo de confiança respeitar os agentes políticos, principalmente nós que fazemos a base de sustentação do Governo do Estado nesta Casa.

Congratulo-me com V. Exa., fazendo um apelo ao Governador e ao Vice-Governador de Minas Gerais para que tomem providências relativas ao abuso, que deve ser contido.

Moro num condomínio no Município de Contagem, onde sou majoritário da base de sustentação do Governo. Conseguimos a duplicação do asfalto que liga a sede de Contagem ao Bairro Nova Contagem. Foram 12km de asfalto, para a colocação dos quais trabalhei incessantemente junto ao Governo. Lamentavelmente, no dia da inauguração do asfalto, este Deputado não foi lembrado pelo DER ou pelo Sr. Maurício Guedes, que se encontrava no palanque anunciando sua candidatura a Deputado Estadual, assim como outros que em nada ajudaram o Município de Contagem. Nunca foram lá conhecer as dificuldades do meu povo, mas comparecem abusadamente para insinuar suas candidaturas. Parabênizo V. Exa. pelo dever cívico que cumpre, acompanhando-o com minha solidariedade.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço as palavras do Deputado Agostinho Silveira .

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Ilustre Deputado Bené Guedes, cada vez mais me admira sua demonstração de independência de comportamento, de forma de fazer política. V. Exa. é um homem que tem prestado bons serviços a Minas Gerais, inclusive em outros governos.

Quanto ao fato que está ocorrendo e vem sendo denunciado, neste momento, tanto por V. Exa. como pelo Presidente do PL, nós, do vale do Mucuri, tivemos um problema idêntico. Maurício Guedes foi a Belo Oriente, hoje Novo Oriente, levando todo o aparato do Governo, inúmeros carros, colocou uma placa de 5x5m, anunciando uma obra de 31Km de asfalto. Fizemos um levantamento, constatando que isso não passa de um embuste. Maurício Guedes é um embusteiro contumaz, porque não existe verba para a construção da obra. Lá se encontram uma patrol, uma retroescavadeira e um caminhão para carregar terra.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - A Presidência informa ao Deputado Kemil Kumaira que seu tempo se encontra esgotado.

O Deputado Kemil Kumaira - o Governo Itamar Franco precisa tomar conta de seu Governo, fiscalizando suas obras para que não cometam esse disparate, um verdadeiro crime eleitoral contra o povo de Minas Gerais.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço ao Deputado Kemil Kumaira e concluo dizendo que me encontro à disposição tanto do Dr. Felipe Néri quanto do Dr. Maurício Guedes, para esclarecer as questões. Não tenho motivos para atacá-los, apenas gostaríamos que fosse feita uma política de outro nível, dando, de outra forma, suporte às nossas regiões. Tenho a maior consideração pelo Governador Itamar Franco, a quem respeito. Apenas peço-lhe que, através das Lideranças do Governo, tome providências relativas ao assunto, em benefício dos colegas desta Casa, da Situação e da Oposição, que tanto trabalham. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores das galerias, é importante o que acabamos de ouvir - o pronunciamento do colega que me antecedeu, Bené Guedes, e o aparte do ilustre e respeitado colega Agostinho Silveira . É que vocês ainda não estão acostumados aos acontecimentos aqui narrados.

Gostaria de dizer-lhes que, quando Prefeito de Itajubá, doamos uma área para a COPASA, onde foi instalada toda a estrutura da empresa; recentemente, essa obra foi inaugurada. E o convidado para inaugurar essa obra não foi o Deputado de Itajubá, mas outro, a tiracolo. Não fiquei sabendo dessa inauguração. Também para a retificação do rio Sapucaí, que está sendo realizada a 50m da porta da cozinha de minha casa, não fui convidado, não participei e não sabia que lá estavam o Governador, o Vice-Governador e Secretários acompanhados por outro Deputado. São coisas da vida. Temos que passar por cima. Tenho a certeza absoluta de que na hora das urnas isso será reconhecido.

No último dia 12, tivemos a grata satisfação de participar, em Lavras, da solenidade de entrega do Título de Cidadão Honorário ao Coronel Álvaro Antônio Nicolau. Percebemos quanto a população é grata à PMMG pelos inestimáveis serviços prestados, principalmente no setor de segurança pública.

A homenagem concedida pela Câmara Municipal representa mais uma das muitas conquistas que o Coronel Álvaro Antônio vem colecionando no decorrer de sua exemplar vida profissional, que culminou, no ano passado, com a nomeação para o Comando-Geral da PM, o mais alto posto na carreira da corporação.

No próximo dia 29, estaremos juntos mais uma vez, a serviço do povo. Nesse dia, os fabricantes de malhas, bordados e tricô do Sul de Minas estarão fazendo a doação de 800 peças de lã para a Campanha do Agasalho, promovida pela PMMG, com o apoio do Sistema Estaminas de Comunicação, que inclui os jornais "Estado de Minas" e "Diário da Tarde", a TV Alterosa e a Rádio Guarani.

Contribuir para amenizar o inverno dos mais carentes é um ato que nos enche de orgulho, principalmente porque tal iniciativa parte de nossos companheiros do Sul de Minas. É de conhecimento geral que representamos os interesses da região, e temos orgulho em dizer que o nosso povo é solidário com as causas humanitárias.

De 29 de junho a 8 de julho os fabricantes do Sul de Minas estarão trazendo a Belo Horizonte o que de melhor há em matéria de malhas, bordados e tricô. O "Know-how" dos fabricantes da região é indiscutivelmente um dos maiores do País.

A Feira de Malhas, Bordados e Tricô Minas Sul, que acontece no Multiplace, na Avenida do Contorno, esquina com Via Expressa, no Barro Preto, será uma boa oportunidade para a aquisição de produtos com preços bem abaixo de mercado, que gozam de qualidade comprovada.

Cerca de 85 fabricantes, das cidades de Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, e ainda de Campos do Jordão, em São Paulo, além de produtores de calçados de Franca, de couros do Rio Grande do Sul e bordados do Ceará estarão comercializando os mais variados produtos.

Portanto, queremos convidar todos para mais essa oportunidade de adquirir produtos de qualidade a preços convidativos. Temos certeza de que a satisfação será garantida - e seja frio. Obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, imprensa, trago a informação de que, no dia de ontem, realizamos uma audiência pública nesta Casa, com a presença de autoridades do Governo Estadual, especificamente do BDMG, e autoridades da Prefeitura de Belo Horizonte, especificamente das Secretarias afins, e da Regional do Barreiro e da Regional Noroeste, para atualizarmos as informações a respeito de uma emenda de nossa iniciativa, aprovada nesta Casa e sancionada pelo Governador Itamar Franco, sobre os recursos objeto da extinção do Fundo SOMMA.

Os recursos dos projetos que já tinham sido aprovados pelo Banco Central e por organismos internacionais, como o Banco Mundial, deveriam ser integralmente repassados aos municípios que faziam jus a eles, e um desses municípios é exatamente Belo Horizonte. Falo da conclusão, ou melhor, da continuação das obras para a abertura da Avenida Pedro II, em nossa Capital.

É importante fazer justiça à então Vereadora Neuza Santos, também administradora da Regional Barreiro, que, junto a muitos de nós, parlamentares de Belo Horizonte, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Vereadores, como os companheiros Rogério Correia e Elaine Matozinhos, lutou ao longo do tempo para ver o sonho dessa região realizado, ou seja, a conclusão das obras da Pedro II.

Então, fizemos essa audiência pública, e a Prefeitura informou-nos que, em 15 dias, estará pronta a licitação, para que o BDMG possa alocar recursos da ordem de R\$11.000.000,00 para uma das etapas de prosseguimento das obras.

É uma notícia importante que gostaríamos de dar aos mineiros, especificamente aos da Região Metropolitana: chegamos, num momento de dificuldades vivido pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e pela Prefeitura de Belo Horizonte, a um acordo, a uma parte da solução do problema. É importante darmos crédito a todas aquelas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que hoje pudéssemos contar com a Avenida Pedro II, que é uma via importante de acesso e de referência não só para Belo Horizonte, mas também para toda a Região Metropolitana.

Outra questão que me traz a esta tribuna e que gostaria de informar é que fui abordado por diversos moradores da região de Águas Claras, Macacos e Nova Lima a respeito dos últimos acontecimentos. Assim, estou apresentando requerimento solicitando que uma comissão especial seja constituída para, "in loco", averiguar as conseqüências advindas do desastre ocorrido.

Infelizmente, reconhecemos que houve um cochilo muito grande por parte das autoridades e das próprias empresas.

Os Deputados que têm domicílio eleitoral e são responsáveis pela comunidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte têm a obrigação de se colocarem à disposição das autoridades, a fim de que seja encontrada uma solução para o problema.

Outro assunto que trataremos desta tribuna diz respeito ao informativo que estamos distribuindo na região Leste da Capital, especificamente nos Bairros Pompéia, Esplanada, São Geraldo e Caetano Furquim, tentando tranquilizar os seus moradores sobre algumas notícias veiculadas sobre a construção de uma cadeia pública em um terreno pertencente à Casa do Rádio, que está em concordata. No Governo passado, de Eduardo Azeredo, como Vereador por Belo Horizonte, conclamamos os moradores e as lideranças do Bairro Cidade Nova e adjacências e conseguimos impedir que o Governo instalasse na Av. José Cândido da Silveira uma cadeia. Além disso, sugerimos que aquele local fosse destinado à construção do "campus" da UEMG. Para que não pairassem dúvidas a respeito, esse foi o primeiro projeto que apresentei a esta Casa, assim que fui eleito Deputado Estadual. Hoje, transformou-se em lei, sancionada pelo Governador Itamar Franco. Assim, na Av. José Cândido da Silveira, no trecho próximo aos Bairros Cidade Nova e União, teremos o "campus" da UEMG, e não uma cadeia. Não seria eu, Vereador, que comecei a vida pública nos Bairros Esplanada, Pompéia e adjacências, que iria deixar o Governo a que pertence, o Governo do PMDB, fazer a mesma coisa na região.

Estamos distribuindo esses folhetos com o objetivo de tranquilizar a população. Durante uma audiência, o Governador Itamar Franco garantiu-me que não construirá cadeia naquele local. Estamos distribuindo uma carta-resposta do Secretário da Segurança, Dr. Márcio Barroso Domingues, e uma carta-resposta da Secretária da Justiça, Dra. Ângela Maria Prata Pace, garantindo a este Deputado que a cadeia não será construída naquele terreno, que ainda é de responsabilidade da Casa do Rádio, que está em concordata. Aquela empresa está devendo ICMS ao Governo do Estado e deseja negociar. É possível que isso aconteça. Procuramos o Secretário da Fazenda, Dr. Tróia Reis, que, mais uma vez, recebeu-nos generosamente, entendendo as nossas razões. Somos favoráveis a um acordo entre o Governo e a Casa do Rádio, que está estabelecida há 60 anos em nosso Estado e merece o nosso respeito, mas não admitimos que naquele terreno, próximo aos Bairros Esplanada, Abadia, Pompéia e Vera Cruz, seja instalada uma cadeia pública. O Governador do Estado, a Secretária da Justiça e o Secretário da Segurança Pública garantiram a este Deputado que lá não será instalada uma cadeia pública.

Com isso, esperamos que os boatos parem, porque toda semana somos procurados por moradores daqueles bairros. Ficamos muito satisfeitos por recebê-los em meu gabinete, a fim de tomar um cafezinho gostoso, servido pelos meus funcionários, muitos oriundos daquela região e que estão comigo há mais de 10 ou 15 anos. Mas quero receber os moradores por outros motivos, porque esse assunto já está resolvido.

Repito e confirmo que o Governador Itamar Franco, o Secretário da Segurança Pública e a Secretária da Justiça garantiram a este Deputado que o Governo do Estado não tem a intenção de fazer ali uma cadeia pública. O assunto está resolvido, e estaremos entregando aos moradores daquela região esse informativo.

Um outro assunto traz-me a esta tribuna, e chamaria a atenção do Deputado Ivo José e outros. Estranhei o fato de o Projeto de Lei nº 43/99, do Deputado Antônio Júlio, estar hoje na pauta dos nossos trabalhos, porque achava que era um assunto resolvido. Quero ler uma carta do então Vice-Prefeito, hoje eleito Prefeito de Sabinópolis, onde sou Deputado majoritário, em relação à possibilidade de o Governo do Estado autorizar a doação à empresa Samar do Brasil de um terreno de propriedade do Estado, para a instalação de uma empresa. O teor da carta é o seguinte. (- Lê:)

"Paulo Jorge Pimenta, Vice-Prefeito à época, hoje Prefeito eleito, e Presidente do Diretório Municipal do PMDB em Sabinópolis, aqui representando os interesses da grande maioria do povo de Sabinópolis, solicitando a este Deputado sua intervenção ao Projeto de Lei nº 43/99, que tramita na Assembléia Legislativa, no sentido de fazer uma emenda para que o terreno do citado projeto seja doado ao Município de Sabinópolis, com a finalidade de que ali seja construída uma escola de 3º grau."

Quero informar aos Deputados que os contatos com a UEMG estão avançados com vistas a que aquele terreno, que é de propriedade do Estado, sirva à comunidade de Sabinópolis, que deseja a instalação de uma escola do 3º grau, que servirá não apenas a Sabinópolis, mas a toda a região.

Gostaria de contar com a compreensão dos Deputados para que possamos aprovar um requerimento de minha autoria, solicitando que esse projeto tenha sua discussão adiada. Quero informar que já assinamos convênio com a Secretaria de Administração e já foi entregue ao Município de Sabinópolis esse terreno. Portanto o projeto é impertinente e extemporâneo. É só consultar a Secretaria de Administração, e ela vai dizer que, se o projeto for aprovado, ele será vetado pelo Governador.

Julgo que era importante fazer esses esclarecimentos, em nome da população de Sabinópolis, que deseja que naquele local seja feita uma escola de 3º grau. Esse é o desejo do povo daquela empresa. Não tenho nada contra ela, mas trata-se de um desejo da maioria do povo de Sabinópolis, que não quer que esse terreno seja doado para implantação dessa indústria. É importante que se diga que comecei como professor e posteriormente fui Diretor de escola. A minha formação foi acadêmica como professor, mas também como Diretor de escola particular em Belo Horizonte. Hoje, sou membro do Conselho de Turismo da Associação Comercial, sou membro da Câmara da Indústria e do Turismo da Federação das Indústrias, tenho o melhor dos relacionamentos com os empresários, estamos legislando nessa área. Longe de mim ser contrário a quem quer que seja. Trata-se, pura e simplesmente, como Deputado majoritário da cidade de Sabinópolis, de respeitar a intenção e o desejo daquele povo, que não quer que esse terreno seja doado para uma empresa particular, e sim que ali seja construída uma escola de 3º grau.

Portanto, gostaria de solicitar aos Deputados que prestem atenção neste assunto, porque a voz do povo é a voz de Deus. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - A Presidência esclarece ao Deputado Márcio Cunha que o Projeto de Lei nº 43/99 está na pauta e, no momento oportuno, V. Exa. poderá apresentar o requerimento de adiamento da discussão do respectivo projeto. Quanto ao requerimento para a constituição de comissão para visitar a situação causada pelo desastre ecológico ocorrido em São Sebastião das Águas Claras, a Presidência deixará de recebê-lo, uma vez que já foi recebido requerimento para a constituição de CPI, que, no curso dos seus trabalhos, poderá cometer os atos de uma comissão de representação. Dessa forma, entendo que o pedido de V. Exa. já esteja contemplado nesse requerimento. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, ocupamos esta tribuna, nesta tarde, para dizer da preocupação que temos com os agentes penitenciários do Estado. Os agentes penitenciários estão, neste momento, em frente ao Palácio da Liberdade, em ato público, solicitando melhores condições de trabalho, segurança no seu trabalho e, também, obviamente, tratando da questão salarial. Há uma reivindicação, por parte dessa categoria, para que os agentes penitenciários sejam equiparados aos carcereiros da Polícia Civil, que recentemente receberam reajuste desta Casa, com autorização do Governador Itamar Franco, fazendo equiparação com os policiais e bombeiros militares.

Não poderíamos deixar de ocupar essa tribuna para dizer da nossa preocupação com o que vem ocorrendo hoje nas penitenciárias e, certamente, com as cadeias públicas do nosso Estado. Tudo isso está inserido dentro do complexo de defesa social e de segurança pública do nosso Estado. Entendemos que os agentes penitenciários, os diretores, as pessoas que estão lotadas na Secretaria de Interior e Justiça, certamente devem receber o mesmo carinho e atenção, por parte do Governador Itamar Franco. O Sr. Marcos Terra, diretor do Sindicato dos Agentes Penitenciários e dos servidores da justiça, fez contato com nosso gabinete, por telefone, por volta das 14 horas, anunciando que o pessoal ligado a esse setor estaria em frente ao Palácio dos Despachos, na Praça da Liberdade, solicitando seja protocolado um documento da comissão de servidores para ser entregue nas mãos da pessoa que esteja representando o Governador. Tomamos conhecimento de que o Dr. Itamar Franco encontra-se em viagem, juntamente com o Secretário da Casa Civil, Henrique Hargreaves. Dessa forma, solicitamos ao Secretário particular do Governador, Dr. Saulo Moreira, que receba uma comissão de agentes penitenciários, para que possam entregar suas reivindicações, não só as relativas às questões salariais, mas também às questões que envolvem a segurança do trabalho daqueles agentes que prestam um grande trabalho, muitas vezes colocando suas vidas em risco.

Recentemente, na Penitenciária Nelson Hungria, chamada de penitenciária de segurança máxima, em Nova Contagem, tivemos uma rebelião liderada por um detento de alcunha Luísão. Segundo informações da própria Secretária Ângela Pace, apenas 10% da população carcerária é que realmente vem trazendo grandes transtornos para o sistema penitenciário do Estado. Mas esse transtorno não é apenas intramuros, porque a população do lado de fora fica muito temerosa quando acontece uma rebelião. A população de Nova Contagem, por exemplo, deve andar constantemente estressada com a possibilidade de uma rebelião de marginais que ali cumprem pena, de invadirem suas casas e ofenderem a integridade física e a vida das pessoas que estão próximas aos CERESPs, às cadeias públicas e às penitenciárias.

Entendemos que os agentes penitenciários do Estado devem ter toda atenção e carinho por parte do Governador Itamar Franco, que as suas reivindicações sejam colocadas à mesa para discussão na busca de um entendimento. Essa categoria tem sofrido muito no seu trabalho. E, mais do que isso, vem sofrendo também durante essas rebeliões. Tivemos seis agentes penitenciários que foram dominados e ficaram como reféns na última rebelião.

Gostaríamos de deixar claro que reconhecemos o trabalho que a Secretária Ângela Pace, por quem temos grande apreço e carinho, vem desenvolvendo diante da Pasta de que é titular, mas não podemos permitir uma inversão de valores como está sendo denunciado pelos agentes penitenciários. Ou seja, os Diretores das penitenciárias estão ficando, cada vez mais, reféns dos chamados líderes da carceragem nas penitenciárias. Na verdade, as pessoas que estão liderando esses detentos estão sendo nomeados Secretários de Esportes, disso ou daquilo, para que juntos com a diretoria, levem as suas reivindicações.

Por outro lado, segundo denúncia do Dr. Marcos Terra, Diretor-Geral do Sindicato dos Servidores dos Agentes Penitenciários, e outros agentes, está-se perdendo por completo o controle sobre a população carcerária. Os presos são tachados como líderes ou são nomeados para intervir ou mediar as reivindicações, colocando as informações e transpondo os obstáculos, o que normalmente era atribuição dos próprios agentes penitenciários. Isso era levado pelos agentes penitenciários até à diretoria da penitenciária, que, por sua vez, repassava ao SOP e, posteriormente, à Secretária Ângela Pace.

A reclamação dos agentes penitenciários é que estão perdendo a autonomia no que diz respeito à disciplina dos presos e até mesmo na condução de seu trabalho no interior das penitenciárias. Entendemos que a penitenciária é um local para cumprimento de pena para aqueles que, de certa forma, não souberam conviver em harmonia com a sociedade. Não estamos pregando que os presos cumpram suas penas em masmorras, em locais insalubres. Mesmo porque, já que o Estado pode cercar a sua liberdade, tem esse mesmo Estado a obrigação de também zelar pela integridade física e pela vida dos que ali cumprem suas penas.

Mas, Sr. Presidente, também não podemos permitir nem aceitar que presos de alta periculosidade - que, por seu passado e sua trajetória criminosa, e por entendimento das pessoas da área psicológica que os acompanha, são considerados irrecuperáveis - dêem as cartas e ditem as normas dentro das penitenciárias.

Gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar o trabalho de muita dedicação e afincamento que a Secretária Ângela Pace vem desenvolvendo na Secretaria de Justiça. Mas não podemos deixar que, em nosso Estado, haja uma inversão de valores, fazendo com que aqueles que vieram a ferir uma pessoa, cometeram um latrocínio, um estupro, um seqüestro, um assalto seguido de morte ou um roubo com ameaça, pessoas consideradas de alta periculosidade ditem as regras e as normas, conduzindo o processo dentro das penitenciárias e dos centros de remanejamento. É necessário que a Secretária Ângela Pace busque um entendimento.

Queremos que o Governador Itamar Franco ouça as nossas considerações e abra um canal de diálogo para ouvir dos servidores da Secretaria de Justiça, especialmente dos Agentes e Diretores Penitenciários, seus problemas.

Volto a repetir: não podemos permitir essa inversão de valores, ou seja, que essas pessoas ditem as regras dentro do setor penitenciário. Se foram conduzidas para lá, houve uma prisão por parte da Polícia Militar ou por parte da Polícia Civil, houve um inquérito, que foi remetido ao Ministério Público e, por sua vez, transformado em processo. Posteriormente, esse processo foi remetido à apreciação de um júri. Então, essas pessoas foram levadas para o sistema penitenciário estadual justamente. E, certamente, não podemos permitir que presos de altíssima periculosidade ditem regras e normas dentro das penitenciárias, colocando em risco a vida dos servidores públicos, como é o caso dos Agentes Penitenciários, conforme ocorreu na última rebelião, em Nelson Hungria, na chamada Segurança Máxima de Nova Contagem.

Solicitamos ao Governador, ao Dr. Hargreaves e ao Dr. Saulo Moreira que recebam uma comissão de Agentes Penitenciários, para tratar de suas reivindicações, quer sejam salariais, quer sejam sobre as condições de trabalho. Essa classe, fazendo uma mobilização ou greve, que é direito constitucional dela, coloca uma preocupação para o povo de Minas Gerais, que é ter uma penitenciária sem a vigilância completa por parte daqueles que cuidam diretamente dos apenados. Entendemos que é uma profissão de altíssimo risco. Tem de haver, por parte do Governo e dos Secretários de Estado, um carinho especial por essa categoria. Não permitimos que essas pessoas sejam direcionadas e controladas por presos irrecuperáveis. Sabemos do esforço que a Secretária Ângela Pace vem fazendo dentro dessa Pasta, porque é uma Secretaria extremamente complicada, que requer muita habilidade, muita paciência e perseverança por parte de quem ocupa esse cargo, mas não podemos deixar que 10% desses presos possam ditar as regras do jogo. Os Agentes Penitenciários têm de respeitar os direitos humanos dos apenados; os que violarem isso têm de ser afastados de suas atividades, dentro do amplo direito de defesa e do contraditório previsto na Constituição Federal, com uma apuração reta e imparcial. Mas não podemos aceitar que os direitos humanos e as condições de trabalho dos Agentes Penitenciários possam colocar a vida deles em risco. E, infelizmente, isso tem ocorrido em muitas penitenciárias do Estado.

Essa denúncia que trago à tribuna foi levada até meu gabinete com muita expectativa e preocupação, porque os Agentes Penitenciários, quando saem de suas casas, não sabem se voltarão, pois pode ocorrer rebelião e eles serem feitos reféns, com a ameaça de sua integridade física e de suas vidas.

Dessa forma, gostaríamos, mais uma vez, na ausência do Secretário da Casa Civil e do Governador, de recomendar ao Dr. Saulo Moreira, Secretário de Estado, que receba nesta tarde a comissão que discutirá essas reivindicações e leve-as, por escrito, ao Governador Itamar Franco.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é premente a solução para a questão policial. Nessa linha de preocupação, apresentamos, na quarta-feira passada, um projeto que modifica a Lei Orgânica da Polícia Civil, de 1969. Justificamos, desta tribuna, o porquê da mudança, considerando que a lei continha resquícios da ditadura militar, não tratava da questão dos direitos humanos. Nosso projeto inclui, como falta grave, passível de demissão, de exoneração, qualquer tipo de violação aos direitos humanos cometido por policial civil.

A CPI do Narcotráfico foi desafiada pelo Sindicato dos Delegados a apresentar o nome da banda podre da Polícia Civil. Não precisaríamos ir muito longe para tanto. Bastaria fazer o levantamento dos relatórios de CPIs realizadas nesta Casa desde 1997, relativas ao sistema carcerário, ao garimpo, às carteiras de habilitação, ao narcotráfico, as quais mostraram o lado marginal de setores da Polícia Civil. Poderíamos, também, pegar os processos da Corregedoria da própria Polícia Civil. Um ex-Corregedor declarou, em audiência de uma das comissões, nesta Casa, em 1997, que 60% dos policiais estavam denunciados na Corregedoria. Mas também poderíamos consultar a Promotoria dos Direitos Humanos e ficaríamos estarrecidos com tantas denúncias que esse órgão teria apresentado contra policiais civis que exorbitaram da sua autoridade, praticando atos ilícitos que estão sendo denunciados na justiça.

Mas trago, para nossa reflexão, algo interessante que se poderia somar aos demais casos que, acredito, serão mostrados pelos Deputados da CPI dos Direitos Humanos. Recebi, de fontes seguras, denúncia que me espantou. Trata-se de fato relacionado ao Dr. Marco Luiz de Paula Soares, Delegado de Polícia, envolvido em uma série de irregularidades, tais como: seqüestro, formação de grupos de extermínio, tortura, abuso de autoridade e outros delitos, pelo que foi processado na forma da lei. Esses fatos foram confirmados pela Promotoria de Direitos Humanos, que atribui a ele todas essas atrocidades. Agora, pasmem: o Dr. Marcos está condenado a 14 anos. É evidente que o seu processo está em fase de recurso final. Há outros envolvidos no caso, e o Dr. Marcos estava com essa mesma quadrilha do ex-policial Paulo Maloca, de Governador Valadares, que cumpria pena no DEOESP e foi eleito Vereador nessa cidade. Esses fatos foram divulgados amplamente pela imprensa, e não temos certeza de como está o encaminhamento desse assunto.

Agora, para maior espanto de todos nós, esse Delegado, com essa folha corrida e para a nossa indignação, é hoje o atual Diretor do Instituto de Criminalística do Estado. Precisamos ir longe? Precisamos nos estender mais sobre esse fato?

Devo ressaltar que outros Delegados, cujos nomes não citarei, também se encontram perplexos e revoltados com tal situação. Essa denúncia chegou em nossas mãos por parte de Delegados da Polícia Civil que respeitam muito essa instituição e querem que ela caminhe dentro das estritas veredas da justiça e da legalidade.

É a premiação da banda podre? Não sugiro que haja na Polícia Civil uma banda podre, e sim uma orquestra apodrecida, cujo maestro, que está com a batuta nas mãos, é o Sr. Governador do Estado. Quem nomeia é o Governador, quem nomeou foi o Dr. Itamar Franco. Estamos vendo vencer o terceiro ano de mandato do Governador com um histórico como esse. É um fato que nos entristece, alguém condenado a 14 anos, e o Ministério Público até recorreu, por achar a pena pequena nesses delitos, com outras ocorrências na própria Corregedoria, e depois vão achar ruim o caso do Delegado do assalto de Belém do Pará, de quem não lembro o nome - estivemos lá na sua greve de fome -, como se fosse fato isolado na Polícia. Alguém, como esse Delegado, foi colocado como Chefe, responsável pelo Instituto de Criminalística, e com toda certeza o Delegado José Antônio, se não me engano, deveria ser colocado como Secretário da Segurança Pública. Seria mais correto.

Estou enviando ofício e requerimento para a devida apuração dos fatos, exigindo do Governador do Estado e do Secretário da Segurança Pública a imediata exoneração do Dr. Marco Luiz de Paula Soares, e ainda estou convocando, através de requerimento a ser apreciado por esta Casa, o Secretário da Segurança Pública a comparecer a esta Casa para tentar explicar o inexplicável, no que tange a essa nomeação, em particular.

Entendo que é algo grave, e o que faz o Instituto de Criminalística? Eu, o Deputado João Leite e o Deputado Ivair Nogueira denunciámos, na época da CPI, esse Instituto. Mas todos os laudos passam por ele. Imaginem: um laudo que comprometa policiais terá sua lisura garantida? Um laudo que comprometa setores da classe dominante pode ter garantia absoluta? E 90% desses processos na justiça são instruídos pelos laudos periciais, que têm esse senhor como responsável, como Diretor do Instituto. Mais ainda: é essa diretoria que cuida da emissão de cédulas de identidade. Quantas vezes vimos o derrame de carteiras falsas, que permitem encobrir a criminalidade? É lamentável.

Gostaria, neste momento, ao final da tarde ou à noite, quando esta reunião for retransmitida, de entrar na casa de cidadãos e cidadãs de Minas Gerais, através da tevê a cabo ou mesmo onde o canal 11 é transmitido em aberto, para dar boas notícias, boas novas, falar de algum investimento do Governador na área de segurança, transmitir confiança para uma população que oscila entre o medo e o terror na questão da segurança. No entanto, infelizmente, não posso. Não consigo, agora, invadir o espaço sagrado do lar das pessoas que nos vêm e nos ouvem para transmitir uma notícia diferente. A notícia é triste: foi nomeado Diretor do Instituto de Criminalística o Sr. Marco Luiz de Paula Soares, envolvido na quadrilha do Sr. Paulinho Maloca, de Governador Valadares. Essa triste notícia reforça a constatação de que esse Governador é o maestro de uma orquestra apodrecida.

Não dá para terminar dizendo "muito obrigado". Infelizmente, essa é a realidade da Secretaria da Segurança Pública.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de o tempo ser exíguo, vou tentar ser rápido e objetivo. Comecei a falar sobre o assunto ontem, mas não foi possível terminar, em razão da transferência da audiência pública da Comissão de Meio Ambiente para este Plenário. Queremos dizer que, se o Brasil está vivendo um problema grave com o desemprego, Minas Gerais está sofrendo mais ainda, porque estamos sem governo. Temos um Governador que tem demonstrado, claramente, não ter nenhuma aptidão para governar, administrar, gerir, cuidar das questões relativas ao Estado, à nossa sociedade.

Diante do grave problema do desemprego, o Governador do Estado, além de não criar nenhuma alternativa, está, Deputado Rêmoló Aloise, destruindo o que foi feito no passado: um trabalho intenso, com a participação desta Casa, para a aprovação do Micro Geraes, uma lei que incentiva, estimula, apóia a pequena e a microempresa. Várias microempresas pediam registro, mas, com menos de um ano, 90% delas faliem, porque não tinham orientação, suporte, nenhum apoio por parte do Governo. E, por não terem condições, iam para a informalidade.

O Micro Geraes trouxe todas as pequenas e microempresas para a formalidade. Pode-se fazer um registro com simplicidade, o registro provisório, e, durante um ano, entidades cuidam dessas empresas, como o SEBRAE, dão suporte técnico, formação e orientação, para que possam gerir bem sua administração, crescer e desenvolver-se.

Além disso, foi criado o FUNDESE, que recebeu, também, o nome de GERAMINAS. Em vez de essas empresas pagarem ICMS ao Estado, uma parte desses recursos são destinados ao FUNDESE. Não é imposto, não pertence ao Estado, deveria ir direto para o BDMG, para capital de giro, ampliação e aparelhamento das empresas e capacitação profissional. Além disso, quanto mais empregos forem gerados, mais benefícios fiscais as empresas receberão.

Minas Gerais arrecadou e tem disponível R\$86.000.000,00. O arrecadamento previsto para este ano é de R\$52.000.000,00, conforme os dados do Governo. Os dados do SIAFI revelam que só até o mês de maio, foram arrecadados R\$25.000.000,00, quase R\$5.000.000,00 por mês. O que o Governo fez? Desviou R\$43.000.000,00 para a Fazenda, ou seja, meteu a mão no dinheiro das pequenas e microempresas. Os outros R\$43.000.000,00 estão no caixa do BDMG, mas não são emprestados. No Governo anterior, 100% dos recursos eram destinados a essas pequenas empresas e a elas emprestados.

Como disse, segundo dados do SIAFI, até maio deste ano foram arrecadados R\$25.000.000,00. No mês, R\$4.910.000,00. Vejam quanto saiu: no mês, R\$1.500.000,00; no ano, R\$12.000.000,00. O total acumulado é de R\$86.000.000,00. Se dividirmos pela média, teremos, aproximadamente, 10.300 empresas, que poderiam ser beneficiadas. Com a média de três microempresas, teríamos a geração de 30 mil novos postos de emprego, que não estão sendo gerados, porque o Governo não governa, não administra Minas Gerais. A sua preocupação é, apenas, com os holofotes, a criação de "factóides", a fim de aparecer na mídia. Apenas isso. E Minas Gerais sofre. Essa é uma das razões por que faço oposição a este Governo, que abandonou os mineiros. Não se vê, sequer, uma ação gerencial em nenhuma área.

Trago, também, outro dado grave, Deputado João Leite, que nos deixará tristes. O Vereador José Lincoln Magalhães, do PSDB, amigo do Deputado Márcio Cunha, apresentou um projeto - certamente, um daqueles encomendados pelo Prefeito, pois a Câmara Municipal de Belo Horizonte se dobra diante do miniimperador Célio de Castro, e de seu parceiro, Fernando Pimentel.

A lei diz que o Prefeito de Belo Horizonte já não precisa publicar no diário oficial todas as contratações de obras sem licitação. A Câmara Municipal é o Poder Legislativo encarregado de fiscalizar. Já não precisam ser publicadas coisas como: "Wanderlei de Souza. Prestação de serviço de consultoria econômica e financeira, com vencimento em 31/7/2001, no valor de R\$12.300,00". Que consultoria cara! Agora, esse tipo de coisa já não precisará ser publicada para que a sociedade não tenha conhecimento desses contratos escusos. E quem fez isso? Um Vereador chamado José Lincoln Magalhães, do PSDB, que deveria ser oposição a esse Governo. E o Prefeito, que diz que é transparente, vai sancionar, entregar para a sociedade os contratos que não são confessáveis. Os contratos escusos, vergonhosos, alguns que já se repetem por 36, 38 prorrogações.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, só vamos engrossando a "Pasta Cinza" da Prefeitura de Belo Horizonte. Vemos que, lamentavelmente, com esse instrumento já não vamos poder acompanhar essas pérolas do diário oficial do município. O jornal de hoje, por exemplo, traz mais um termo aditivo. E o que pretende a Prefeitura? Que a população não conheça essa relação com a FUNDEP, que até para obras é contratada. Uma fundação de pesquisa contratada para fazer obras. E todos os contratos são sem licitação. Esse é um Governo transparente?! É um Governo também neoliberal, porque está privatizando o Mercado Distrital da Barroca. E o preço que está colocado aqui, vamos estar acompanhando quem serão os beneficiários dessa festa com o dinheiro do belo-horizontino. É lamentável vemos que esse tipo de coisa já não precisará ser publicada. Tenho os extratos da dispensa de licitação da FUNDEP. Já não precisa ser publicado. E todo esse acerto com a Andrade Gutierrez já não precisará ser publicado. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Deputado João Leite, veja isso: "Contrato AJ 73/2001, firmado entre a Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio. Objeto: locação de 10 veículos, modelo sedan quatro portas, sem motorista. Valor: R\$153.000,00". Num contrato de um ano, daria para comprar 10 carros, que seriam propriedade do povo. E isso já não vai ser publicado! E o que é vergonhoso é que a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou esse projeto, abrindo mão de prerrogativas do Poder Legislativo. Se os Vereadores não sabem, a competência de legislar é do Poder Legislativo, que não pode abrir mão disso. Que a sociedade de Belo Horizonte julgue esse fato. Muito obrigado.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da galeria, funcionários, boa tarde. Subo à tribuna, mais uma vez, para falar sobre a questão da segurança de Betim. Na noite anterior, pelas 8 horas, aconteceu uma coisa terrível. Num barzinho, que vende R\$30,00 por dia - se tiver vendido isso ontem, porque vende mais nos dias de sexta-feira, sábado e domingo -, chegou um elemento armado para roubar aqueles "reazinhos" que foram ganhos durante o dia. O dono do bar não deixou o vagabundo levar o dinheiro e levou três tiros, indo para o pronto-socorro de Betim. A segurança de Betim é uma vergonha, e isso não acontece por causa dos policiais, mas por falta de policiais, de maior empenho do nosso Cel. Álvaro Antônio, que está indo muito devagar em relação à segurança da cidade.

Os jornais mostram, toda semana, que Betim está terrível. Hoje, considero a cidade pior do que a Baixada Fluminense. No ano passado, mudei do PTB para o bairro Guanabara. Fiquei apenas um mês morando lá. Por vota de meia-noite, num depósito de material de construção que havia ao lado de minha casa, vimos os vagabundos subindo pela parede. A falta de segurança de Betim é uma vergonha, e o responsável não toma providências.

Até os postos médicos de Betim ameaçam fechar, porque os médicos não querem trabalhar lá. Vamos pedir ao nosso amigo, Cel. Álvaro Antônio, para ter um pouco de consciência do que está fazendo com o povo de Betim, porque, desse jeito, não agüentamos mais. O comércio de Betim está fechando. O bairro em que moro é uma região de mais de 30 mil habitantes, são 17 bairros num só, e a loteca fechou por causa dos assaltos. Lá, os assaltos acontecem com o sol quente. Na minha região, de cada 100 pessoas que andam na rua, 20 estão armadas com um 38. E o pior é que o Coronel sabe disso, porque os jornais mostram que, em todo final de semana, são três, quatro, cinco mortes. Acontecem mais de 20 mortes por semana, e nenhuma providência é tomada pelo Coronel.

O Prefeito de Betim, Carlaile, liberou para a Polícia Militar, num projeto aprovado pela Câmara dos Vereadores, R\$470.000,00 para comprar viatura e colete à prova de balas. Mas, até fazer licitação e resolver tudo....A solução do problema da segurança em Betim não é para amanhã, Coronel, é para ontem. Segurança é segurança. Nos bairros vizinhos ao meu, a pessoa bate na porta de dia, uma criança abre, e é um assalto. Quando o marido e a mulher chegam, à noite, não tem mais nada em casa. A segurança de Betim está desse jeito, e o responsável não toma nenhuma providência.

Quero, também, falar sobre o Márcio Domingos, Secretário da Segurança Pública, que está muito devagar para o meu gosto. No meu bairro tem posto policial da Polícia Civil, mas não tem Detetive nem viatura. Como é que os Detetives vão atrás dos vagabundos? Só se for a pé. Está desse jeito. Quero pedir ao Secretário que olhe por Betim, o que não está acontecendo; a coisa está feia lá. Uma delegacia aberta, sem Detetive e sem viatura, não adianta, Secretário.

Quero, também, fazer uma reclamação, dizendo que os Vereadores de Betim não gostaram do que aconteceu, Secretário, quando 15 Vereadores estiveram na sua Secretaria, estando presente o Deputado Ivair Nogueira, pedindo para não mandar mais presos para Betim, pois o Cadeião não suporta e não tem segurança, porque foi mal construído. Foi só o Deputado Ivair Nogueira virar as costas e foi um ônibus cheio de bandidos para Betim.

Hoje, as novas leis estão sendo feitas pelos Deputados Federais, para defenderem vagabundos, mas acho que não estão certas. O policial luta com o vagabundo, que se perde, por querer se machucar para incriminar o policial. Isso tem que acabar. Se um policial, em legítima defesa, mata um bandido, é punido e até perde o emprego. Sou a favor do policial e contra o bandido.

Moro em Betim há 34 anos, sou comerciante há 25, fui Vereador por 9 anos e nunca fui a uma Delegacia soltar um vagabundo. Desculpem-me da palavra, o vagabundo que é solto hoje amanhã "te mete o ferro".

Peço aos colegas Deputados que me ajudem a levar segurança à Betim. Não há jeito de continuar como está. Sabem como funciona o comércio em Betim? Marido e mulher como donos, a mulher fica no comércio vendendo xampu, roupa, etc., e o marido fica lá fora vigiando se vem alguém armado. Isso é vida?! Não, porque está arriscando a sua vida.

Solicito ao Secretário da Polícia Civil de Betim e de todo o Estado, Marcos Domingos, que mande viatura para o 2º Distrito do Bairro PTB, Guanabara e toda região, cerca de 17 bairros. O Delegado lá se encontra, mas vocês nem vão acreditar. Tenho uma escola de informática e pedi à nossa faxineira para limpar a Delegacia. Isso é uma vergonha para o Secretário da Segurança Pública.

Apóio o Governo de Itamar Franco e Newton Cardoso, mas dentro do que está certo. Temos que estar a favor do povo. Como Deputados, temos que falar a verdade. Não adianta esconder o sol com a peneira e falar que a segurança em Betim está boa, porque não está. Está ruim, e ruim de verdade.

Quero dar meus parabéns ao Prefeito de Betim, Carlaile, porque nenhum Prefeito em Minas Gerais aplicou na segurança, em cinco meses, o que aplicou. Além de ter aplicado os R\$470.000,00, de projeto aprovado para comprar armas, viaturas e coletes à prova de bala, foi também aprovado o projeto de criação da Guarda Municipal. Se Deus quiser, agora em setembro, a Guarda Municipal estará nas ruas. Foi um compromisso de Carlaile e Pinduca que foi cumprido. Não podemos viver em Betim sem segurança. De dia, com sol quente, marido e mulher saem para trabalhar, e, quando voltam, a casa está vazia. Por isso, o comércio está fechando. Pedimos aos Deputados apoio ao nosso pedido.

Quero, ao mesmo tempo, agradecer ao Governador Itamar Franco e ao Vice-Governador o término da via expressa. Os alimentos vão chegar, em 10 minutos, ao CEASA. A Avenida Amazonas ficará folgada. Hoje, o produtor de Igarapé, de Bicas e de toda a região vai gastar apenas 10 minutos para chegar ao CEASA, em vez de gastar de 50 a 60 minutos, porque o trânsito na Avenida Amazonas é engarrafado. O trânsito também será mais rápido até Belo Horizonte, porque a via expressa faz a ligação entre o CEASA e o metrô. Em 20 minutos, estaremos na rodoviária, saindo de Betim, e com 10 minutos, de Betim ao CEASA, dentro de 60 dias, quando essa obra estará terminada.

Desculpem-me das minhas palavras, porque não sei falar bonito. Sei é fazer. Uma pessoa simples como eu para chegar aonde cheguei tem que ter trabalho; se não, não chegaria. Muito obrigado.

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes, colegas da imprensa, funcionários e telespectadores da TV Assembléia, estou muito preocupado. Venho a esta tribuna para falar sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas - ALCA. Isso nos está trazendo uma inquietação e preocupação muito grandes. Queria fazer algumas considerações, informando que chegou a esta Casa uma comunicação do Deputado que faz parte da comissão do Congresso Nacional que está estudando a questão da ALCA.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre a ALCA e sobre por que Minas Gerais não pode ficar ausente dessa discussão.

Observamos atentamente as discussões desse tema, especialmente a reunião realizada no Canadá, na cidade de Quebec, onde se reuniram todos os representantes dos países das Américas, em que se definiram as diretrizes para a implantação da ALCA.

Todos sabemos que o único país, hoje, da América do Sul que se antecipou à reunião e está promovendo uma discussão paralela é a Argentina. A Argentina saiu à frente, justamente discutindo em todo o país os impactos que a ALCA poderá trazer para os países das Américas. Aliás, lá está sendo realizado o Fórum Empresarial das Américas. Fica evidente que, se as negociações para a implantação da ALCA não atingirem justo e equilibrado acordo, estará em jogo toda a indústria da América do Sul.

E nós, brasileiros? Mineiros? Minas sempre liderou os movimentos em defesa da soberania nacional, e não podemos deixar parar esse movimento, tão importante para o futuro de todos nós, brasileiros, desencadeando discussões mais profundas sobre as consequências da ALCA.

Devemos alertar toda a sociedade sobre os reais interesses dos países ricos, em que o Brasil lidere a participação dos países em desenvolvimento na ALCA. Para isso, basta comparar os dois blocos. Enquanto os EUA concentram 77% de toda a riqueza produzida nas Américas, cerca de US\$8.000.000.000.000,00, os demais 33 países ficam apenas com 23%, aproximadamente US\$3.000.000.000.000,00. Essa desigualdade sinaliza uma relação desleal entre os blocos.

Mas por que o interesse em que o Brasil lidere o segundo bloco? Porque o Brasil tem o maior PIB da América do Sul, figurando entre as 10 maiores economias do mundo e com possibilidades de desenvolvimento em diversos setores, tornando-se o melhor alvo comercial e industrial para os países ricos.

Como bem disse o ex-Ministro Delfim Netto: "Quando o país não está na ponta do desenvolvimento tecnológico, há uma possibilidade de replicar o processo pela imitação e pela importação. A política de substituição de importação apenas procurava facilitar a reprodução do modelo."

Nunca houve, de fato, uma racionalização daquela política que não fosse submetida à crítica devastadora da teoria das vantagens comparativas, de forma que ela nunca chegou a ser a ideologia hegemônica. A substituição de importações, freqüentemente, não tinha apoio em nenhuma teoria, mas no fato desesperador das crises de divisas, quando se deterioravam as relações de troca dos países ou aumentava a pressão das importações derivadas do crescimento. Por isso, devemos estar atentos, pois o que percebemos é um verdadeiro engodo para engolir o MERCOSUL e definir maior protecionismo e privilégios comerciais para os países desenvolvidos. E, com a invasão de produtos dos EUA no mercado sul-americano através da ALCA, irá comprometer ainda mais a nossa balança comercial.

Na oportunidade, Sr. Presidente, quero que esta Casa faça uma reflexão sobre os riscos e benefícios com a participação do Brasil na ALCA. Já estou propondo uma audiência pública na Comissão de Turismo - e o requerimento foi aprovado hoje -, para tratar do assunto e, conseqüentemente, da realização de um fórum nesta Casa.

Para isso, tenho em mãos uma comunicação que chegou ao Presidente, Deputado Antônio Júlio, pedindo, por meio do Deputado Geraldo Magela, membro da Câmara dos Deputados e Presidente da Conferência Parlamentar das Américas, que Minas Gerais entre nessa discussão.

Gostaria, agora, de falar sobre uma questão que, aliás, foi alvo de uma reportagem do jornal "Hoje em Dia": o nosso grande PL. Mas, antes disso, não poderia deixar de mencionar que, ontem, um grande mineiro assumiu interinamente a Presidência da República.

Novamente um filho de Minas volta a dirigir os destinos do País. O Presidente interino está com uma agenda de trabalho extensa, incluindo, entre outras atividades, as negociações do pacote de medidas tributárias que o Governo espera anunciar brevemente. Preliminarmente estamos tomando ciência de que algumas dessas medidas visam a combater a chamada guerra fiscal entre os Estados. Esse particular foi discutido exaustivamente nesta Casa e tem nosso apoio, pois não podemos perder empresas e atividade econômica por conta dessa disputa desenfreada. Desejamos pleno êxito ao Deputado Aécio Neves, nessa passagem pela Presidência da República.

Minas Gerais sempre dispôs e dispõe de bons nomes, tanto em momentos duros da nossa história política como nos outros, mas sempre primando pelo diálogo, pela ponderação e pelo respeito aos contrários e à liberdade. Como bem disse o ex-Governador Tancredo Neves, "liberdade é o outro nome de Minas".

Com isso, Sr. Presidente e caros pares, como Vice-Líder da Bancada do PL, venho a esta tribuna comentar e repudiar nota divulgada em jornais da Capital, do Estado e do País, a respeito de um possível apoio incondicional de nosso partido à candidatura do Governador do Rio, Anthony Garotinho.

Ontem falava aos jornais, pois, em que pese ao respeito do PL por parte do Governador fluminense, não admitimos que o PL se considere um partido sem identificação e se atire-a nos braços do primeiro que encontra.

O PL é um partido grande, sério e está pronto para participar das discussões que envolvem a sucessão presidencial, ouvindo todos os presidenciáveis no que têm a propor para um Brasil novo.

O PL tem hoje credenciais e importância política e histórica, para participar ativamente do processo de sucessão presidencial. Em 1989, já tivemos um candidato à Presidência: Affif Domingos, que bem representou nossos ideais liberais, o que nos coloca em condições de participar das discussões que envolvem a sucessão presidencial.

O Deputado Agostinho Silveira (em aparte) - Prezado Deputado, parabeno-o por falar em nome do PL, fazendo justiça a esse partido, que merece o respeito do povo brasileiro pelo seu trabalho em defesa da Nação, principalmente de Minas Gerais, que foi um dos seus berços. O PL está ouvindo todos os pré-candidatos, pois isso é o dever de qualquer instituição, como fez com o Governador Itamar Franco e com o Governador do Rio de Janeiro. E assim fará com relação aos demais candidatos, porque essa é a postura democrática desse partido que leva o nome de Partido Liberal. De acordo com essa máxima, o PL estará ouvindo todas as proposições e os projetos para este País. No momento adequado, tenho a certeza de que os sentimentos mineiro e brasileiro em prol deste País serão de acompanhamento do Governador Itamar à Presidência da República. Parabéns.

O Deputado Pastor George* - Não são característica do PL a omissão e a inconsistência, mas sim, como a história conhece, o exemplo de determinação, de coerência e de obstinação, para que o País avance com relação à justiça e ao desenvolvimento social, econômico e político. Por isso, a família liberal está não apenas em Minas Gerais, onde tem a sua maior representação, mas também em todas as unidades federativas do Brasil. O PL apóia medidas que visam ao crescimento econômico e integrado, ao aumento do mercado de trabalho, à redução da dependência do exterior, à ampliação do mercado interno e à correção das injustiças e das desigualdades sociais e regionais. Deixamos registrado o nosso sentimento com relação às notícias que vincularam, solicitando que o nosso Presidente possa, em um tempo bem curto, criar essa comissão para discutir a questão da ALCA nesta Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/6/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.629, de 1999, 2.011, 2.038, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Meiga Hélia Mourão Mafra do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Regina Pinto Duarte de Freitas para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira

exonerando Ângelo José de Oliveira do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando, a partir de 20/6/2001, Ivanir Alves Corgozinho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato:

nomeando Waleska Velloso Fargnoli de Araújo para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Corregedor Substituto.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato:

nomeando Ângelo José de Oliveira para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete do Corregedor Substituto.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2001

Data do julgamento da habilitação: 3/7/2001.

Objeto: aquisição de suprimentos para informática.

Licitantes habilitadas: Mercantil Mineira Material de Escritório Ltda., Oásis Distribuidora Ltda., Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda., Golden Distribuidora Ltda., Port Informática Ltda., KPI Comercial Ltda., Indústria de Papel Gordinho Braune Ltda., Encapa Atacado e Varejo Ltda., Mercotape Magnéticos e Acessórios Ltda., CM Informática Ltda., Moderna Suprimentos para Informática Ltda., Bysen do Brasil Ltda., Star Technology do Brasil Ltda., RH Cardoso & Cia. Ltda., Pró-Life Comércio e Representações Ltda., César Reis Office Products Ltda., Cartaz Distribuidora Ltda., Lopes & Rubinger Informática Ltda., Papelaria Paper Box Ltda., Rilisa Trading S.A. e Irmãos Lima & Lima Ltda.

Licitantes inabilitadas: Oficina da Informática Ltda., Papelaria Nossa Senhora das Mercês Ltda. e Spassos Informática Ltda.

Belo Horizonte, 3 de julho de 2001.

Sérgio José Barcelos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2001

CONVITE Nº 11/2001

Objeto: aquisição de material elétrico. Em 3/7/2001, os Srs. Presidente e 1º-Secretário decidiram pela revogação do subitem 1.16, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATAS

termo de contrato

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 28/6/2001, na pág. 24, col. 4, onde se lê:

"arts. 23", leia-se:

"arts. 24".

termo de contrato

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/7/2001, na pág. 42, col. 2, onde se lê:

"Vigência: 12 anos", leia-se:

"Vigência: 12 meses".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação de atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 3/7/2001, pág. 42, col. 2, na parte relativa ao gabinete do Deputado Márcio Cunha, onde se lê:

"Breno Diniz Nogueira Filho", leia-se:

"Breno Diniz Nogueira".